



Índice

- 01** [Decisão judicial prevê a retirada de não índios de reserva](#)
- 02** [Criado Grupo de Acompanhamento do processo de desintrusão da Terra Indígena Awá](#)
- 03** [A Voz do Brasil: Famílias de não índios começam a ser notificadas](#)
- 04** [Dilma pede fim do pedágio, mas índios Tenharim não aceitam](#)
- 05** [Disputas de terras acirram focos de tensão com índios](#)
- 06** [Caingangues ocupam Floresta Nacional no norte do Rio Grande do Sul para pedir terra](#)
- 07** [Tentativa de homicídio contra liderança no Quilombo Brejo dos Crioulos](#)
- 08** [Crimes e violência no Quilombo Brejo dos Crioulos](#)
- 09** [Conflito vai muito além da questão indígena: envolve madeiras clandestinas, cassiterita, ouro e diamante](#)
- 10** [Enchentes na Terra Indígena Krenak](#)
- 11** [Projeto Quilombolas realiza cursos para comunidades de Lauro de Freitas](#)
- 12** [Comunidade quilombola de RO comemora o crescimento do turismo](#)
- 13** [Edital aberto para agricultura familiar prioriza jovens](#)
- 14** [Ribeirinhos de Tarauacá recebem serviços especializados de saúde](#)



- 15 Enem, armadilha para negros e pobres? (Artigo)
- 16 Confira quem deve ser responsabilizado pelo agravamento da questão indígena
- 17 Não índios que vivem em reserva no MA alegam que não têm para onde ir
- 18 Direito de registrar filho com nome indígena é aprovado na primeira comissão
- 19 Acusados por três desaparecimentos, indígenas vivem apartheid em Humaitá
- 20 Aumenta conflito entre brancos e índios Tenharim no sul do Amazonas
- 21 Urgente! TI Awá em desintrusão e TI Alto Turiaçu, do Povo Ka'apor, invadida e sitiada por madeireiros, no Maranhão
- 22 MA – Caciques e lideranças da Coapima e COIAB entregam ofício de reivindicações à Comissão de Direitos Humanos do Senado
- 23 Apartados – Investigação jornalística detalha preconceito contra os Guarani no Mato Grosso do Sul
- 24 “Matar um índio para pegar uma índia”, por Alceu Castilho (2) – Ótima!
- 25 Programa Liderar 2014: Lideranças do Amazonas e do Pará têm até o dia 30 de janeiro de 2014 para fazer as inscrições
- 26 Terras Indígenas – Expedições
- 27 Ministério da Justiça quer retorno dos Tenharim e Awá-Guajá às terras indígenas
- 28 Notificação para retirada de não índios de terra indígena deve ocorrer esta semana
- 29 Governador consegue autorização de indígenas para asfaltar trecho que corta reserva



Boletim de Notícias - Edição nº 06./ 2014

Brasília, 14 de janeiro de 2014.

-
- 30** Moradias em forma de oca serão construídas para índios de MG
 - 31** Gavião Kyikatejê e a missão do primeiro time profissional de origem indígena do Brasil
 - 32** Denunciando caos na saúde índios ameaçam invasão
 - 33** Notificação para retirada de não índios de terra indígena deve ocorrer esta semana

Decisão judicial prevê a retirada de não índios de reserva
SÍTIO REVISTA EXAME, 13.01.2014

Força Nacional irá atuar para garantir a segurança pública na região de Santa Inês para cumprimento de decisão que prevê a desintrusão de não índios da reserva



Força Nacional: o texto prevê ainda que o prazo para a permanência da Força Nacional no Maranhão poderá ser prorrogado se houver necessidade

Brasília – Portaria do Ministério da Justiça publicada hoje (13) no Diário Oficial da União prevê a atuação da Força Nacional em ações de segurança pública a serem desencadeadas na região de Santa Inês, Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão, para o cumprimento de decisão judicial que prevê a desintrusão de não índios da reserva indígena.

De acordo com o texto, os homens da Força Nacional devem permanecer no local por um período de 90 dias, a contar da data de publicação da portaria, para atuar em ações de polícia ostensiva e que mantenham a integridade física das pessoas e do patrimônio.

A atuação e o número de policiais a ser disponibilizado, segundo a portaria, vai obedecer ao planejamento conjunto entre os órgãos envolvidos.

O texto prevê ainda que o prazo para a permanência da Força Nacional no Maranhão poderá ser prorrogado se houver necessidade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 06./ 2014

Brasília, 14 de janeiro de 2014.

A Terra Indígena Awá-Guajá compreende os municípios de Centro Novo do Maranhão, Governador Newton Bello, Zé Doca e São João do Caru, onde foi montada uma base de operações do Exército para o cumprimento da ação de desintrusão.

O governo cumpre decisão da Justiça Federal no Maranhão, emitida no último dia 16 de dezembro pelo juiz José Carlos do Vale Madeira.



Criado Grupo de Acompanhamento do processo de desintrusão da Terra Indígena Awá
SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 13.01.2014

Um Grupo de Acompanhamento formado por representantes Incra, Federação de Trabalhadores na Agricultura do Maranhão, sindicatos de trabalhadores rurais e do governo estadual foi criado nesta sexta-feira (10), para articular ações conjuntas e monitorar o processo de desintrusão da Terra Indígena Awá. O compromisso foi firmado durante reunião realizada na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, do município de Zé Doca a 326 km de São Luis.

A próxima reunião de trabalho está agendada para o dia 20 de janeiro, no mesmo local e nesse intervalo, haverá uma mobilização pela participação de outros entes.

O grupo vai acompanhar sobretudo as ações de obtenção de terras desenvolvidas pelo Incra, visando o reassentamento das famílias notificadas pela Justiça Federal para desocupar a Terra Indígena Awá.

A reunião foi coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo Incra. Participaram da reunião o presidente da Federação da Agricultura do Maranhão (Fetaema), Chico Miguel; a vice prefeita do município de Zé Doca, Lindalva Serra Barros; representantes dos Sindicatos e lideranças rurais dos municípios de Zé Doca; Governador Newton Belo; Centro Novo do Maranhão e São João do Caru.

O Grupo de Acompanhamento será integrado por representantes do Incra/Sede e da Superintendência Regional no Maranhão; do Programa Terra Legal; do Instituto de Terras do Estado do Maranhão (Iterma); secretarias de Agricultura dos quatro municípios abrangidos pela TI Awá e entidades sindicais.

Para Nilton Tubino da secretaria-geral da Presidência da República e coordenador da operação de desintrusão da Terra Indígena Awá, a criação deste grupo vai tornar ainda mais transparente o processo de aquisição de terras, cadastramento e seleção das famílias que serão reassentadas.

Notificação

Em sua explanação, o superintendente regional, José Inácio Rodrigues, explicou que nos próximos dias a Justiça Federal no Maranhão inicia o processo de notificação dos não-índios, tarefa que será realizada pelos oficiais de justiça. Explicou ainda como será realizado o cadastramento das famílias pelo Incra. De acordo com a decisão judicial, após receber a notificação do Oficial de Justiça, a família terá 40 dias para deixar a área espontaneamente.

CONT.



Nesse intervalo elas poderão procurar a equipe do Incra, instalada na Base de Operações montado pelo Exército em São João do Caru, para fazer o seu cadastramento visando seu reassentamento em área que estão sendo identificadas e serão destinadas à reforma agrária pelo Incra.

“O Incra vai cadastrar somente as famílias que vivem dentro da área e receberem a notificação da 5ª Vara da Justiça Federal no Maranhão”, esclareceu Rodrigues. No ato do cadastramento junto ao Incra, é necessário apresentar a notificação judicial.

O Superintendente destacou que o apoio dos sindicatos de trabalhadores rurais é de grande importância, pois essas lideranças poderão ajudar no esclarecimento de informações que precisam ser levadas às famílias, além de explicar sobre a necessidade do cumprimento da decisão judicial.

Reassentamento

A garantia de saber para onde serão levados é a maior preocupação de José Araújo Moreira, delegado sindical e morador do povoado Vitória da Conquista. “Precisamos saber para onde vamos depois da notificação”, enfatizou.

Em relação a essa preocupação, que é de muitos, o Superintendente informou que o Incra está atuando simultaneamente em duas frentes visando a identificação de terras para assentar essas famílias: um edital de compra direta e um trabalho de revisão ocupacional nos assentamentos existentes e que são próximos da região da TI Awá. A equipe de revisão ocupacional estará em campo a partir da próxima segunda-feira (13).

Parcerias

Outra articulação realizada pela Superintendência do Incra foi com os prefeitos de Zé Doca; São João do Caru; Governador Newton Belo e Centro Novo do Maranhão com o intuito de disponibilizarem equipes para inscrever no CadÚnico as famílias notificadas, no mesmo período em que elas forem cadastradas pela autarquia. É condição para ser assentado, estar inscrito no CadÚnico.

O prefeito do município de São João do Caru, Jadson Lobo Rodrigues, disse que vai disponibilizar dois servidores da prefeitura para esta ação e afirmou que a reunião foi bastante proveitosa, à medida em que muitas dúvidas puderam ser esclarecidas e que, com esses informes, ele poderá orientar melhor a população sobre o processo de desintrusão da TI Awá.

Unidade Avançada

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 06./ 2014

Brasília, 14 de janeiro de 2014.

Ao final da reunião, o prefeito de Zé Doca, dr. Alberto Carvalho Gomes, mostrou ao superintendente José Inácio Rodrigues as instalações que a prefeitura irá ceder ao Incra, para a instalação de uma Unidade Avançada da autarquia, que irá atender com maior agilidade os assentamentos da região denominada Alto Turí/Gurupi.

Outras Informações: 61 9857 5096

Fonte: Ascom/Incra



A Voz do Brasil: Famílias de não índios começam a ser notificadas

SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 13.01.2014

Kátia: E nos próximos dias, cerca de 200 famílias de não#índios que moram na Terra Indígena Awá-Guajá, no noroeste do Maranhão, começam a ser notificadas pela Justiça Federal para deixarem o local.

Roberto: A área foi reconhecida em 1992 como terra indígena de uso permanente dos Awá-Guajá.

Kátia: Na cidade maranhense de São João do Caru, vizinha da Terra Awá-Guajá, foi montada uma base do Exército para apoiar a operação de retirada dos não#índios.

Roberto: O repórter Paulo La Salvia esteve lá esta semana e conta que ações que vão ser feitas pelo governo federal para auxiliar as famílias que vão deixar a área.

Repórter Paulo La Salvia (Brasília-DF): A Terra Indígena Awá-Guajá tem 106 mil hectares de Floresta Amazônica, o equivalente a 116 mil campos de futebol, e é o habitat original dos índios Awá-Guajá, que são nômades e vivem isolados na mata fechada. É o que explica o coordenador#geral de Índios Isolados e Recém-Contatados da Funai, Carlos Travassos.

Coordenador#Geral de Índios Isolados e Recém-Contatados da Funai - Carlos Travassos: O povo Awá-Guajá teve os seus primeiros contatos no final da década de 70, o último contato na última década. Ainda permanecem dois grupos Awá-Guajá isolados numa Terra Caru, aqui ao sul da Awá, e outro na Terra Arariboia. E por ser um povo com essas características, caçador, coletor, que necessitam de um grande espaço para realizar as suas atividades tradicionais, tem sofrido muito com a atividade madeireira, que tem aí devastado os seus territórios.

Repórter Paulo La Salvia (Brasília-DF): O mercado ilegal de madeira já desmatou, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Inpe, 34% da terra indígena nas últimas duas décadas. Segundo Antonio de Oliveira, chefe de serviço da Funai na Frente de Proteção Awá-Guajá, os índios sofrem com o desmatamento.

Chefe de Serviço da Funai na Frente de Proteção Awá-Guajá - Antonio de Oliveira: Tem um impacto muito forte na sobrevivência do Awá-Guajá, porque ao adentrar numa área dessa de mata, eles vêm entupindo os cursos d'água para poderem passar os veículos, né, evitando assim a piracema dos peixes. Derrubam árvores, importante fonte alimentar, que é o Jatobá, e afugenta toda a caça que há na região, causando assim um grande impacto na sobrevivência dessa etnia.

Repórter Paulo La Salvia (Brasília-DF): O desmatamento da terra indígena levou a Justiça do Maranhão a decidir: todos os não#índios devem sair da área e determinar que o governo federal coloque em prática a decisão. Nove Ministérios vão envolvidos. As pessoas começam a



ser notificadas neste mês de janeiro. Elas podem levar os bens, mas as construções vão ser destruídas. São em torno de 200 famílias que moram na Terra Indígena Awá-Guajá e sobrevivem no local por meio do plantio da mandioca. O problema é que os agricultores familiares vivem com títulos de posse que foram anulados pela Justiça do Maranhão. Isso significa que, assim que forem notificados, terão que deixar a terra indígena de forma voluntária em 40 dias. O Incra vai comprar terras na região e também pode utilizar os assentamentos já existentes para reassentar as famílias. O governo também levará aos agricultores familiares um conjunto de políticas sociais, de acordo com Nilton Tubino, coordenador-geral dos Movimentos do Campo da Secretaria#Geral da Presidência da República.

Coordenador-Geral dos Movimentos do Campo da Secretaria#Geral da Presidência da República – Nilton Tubino: É importante a partir do cadastramento as famílias procurarem o Incra, que vai estar na região, vai estar lá doutor de base da Funai, para fazer esse cadastramento. Não é só o cadastramento do Incra. A gente vai incluir o pessoal do CadÚnico do MDS para ver aqueles que se enquadram em Bolsa-Família, Brasil Carinhoso. Há uma solicitação do juiz, e que também já estava no nosso planejamento, é trazer uma equipe do INSS. O próprio Ministério do Trabalho a gente vai pedir para fazer um acompanhamento para a gente encontrar, como a gente já encontrou em outros locais, trabalhadores que são funcionários em fazendas, mas que não tem carteira assinada ou que não tenha a documentação regularizada. Então há um conjunto dos órgãos sociais do governo para fazer esse atendimento.

Repórter Paulo La Salvia (Brasília-DF): Também já está funcionando um Disque 100 no Maranhão para as pessoas esclarecerem dúvidas sobre a retirada dos não#índios da Terra Indígena Awá-Guajá. Reportagem, Paulo La Salvia.

Kátia: E assim que forem notificadas, as famílias que devem deixar a Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão, vão ser cadastradas por uma equipe do Incra.

Roberto: Para se cadastrar a família deve apresentar a notificação judicial e originais e cópias de documentos como carteira de identidade e certidões de casamento ou de nascimento.

Kátia: A equipe de cadastro do Incra vai ficar na base operacional do Exército, em São João do Caru, até fevereiro.



Dilma pede fim do pedágio, mas índios Tenharim não aceitam

SÍTIO PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO DE JANEIRO, 18.11.2013

A região está sob proteção de mais de 700 homens integrantes da força-tarefa federal e estadual.

Os índios tenharim e jiahui voltaram a reafirmar neste domingo (12) que farão a cobrança de pedágio ilegal na BR 230, na Transamazônia, no início de fevereiro mesmo sob os apelos da comissão de paz enviada pela Presidente Dilma Rousseff à aldeia Marmelos, na reserva indígena, a 130 quilômetros de Humaitá, foco do conflito no sul do Amazonas. A região está sob proteção de mais de 700 homens integrantes da força-tarefa federal e estadual.

A comissão presidida pelo general Eduardo Villas Bôas, comandante militar da Amazônia do Exército, propôs as lideranças indígenas o fim da cobrança do pedágio ilegal a pedido da presidente Dilma Rousseff. Em contrapartida, o governo federal irá desenvolver ações de compensação financeira pelos danos causados aos índios pela construção da rodovia e implementará políticas públicas sociais e de sustentabilidade econômica na região envolvendo os ministérios da Justiça, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e do Meio Ambiente.

Ivanildo Tenharim, 34, disse em entrevista ao portal Amazônia Real que os índios tenharim e jiahui não aceitaram a contrapartida da presidente Dilma Rousseff. Eles pediram pela segunda vez a presença do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para negociar um acordo. "Não vamos revogar a cobrança de pedágio, que está mantida para o dia 1º. de fevereiro. O delegado da Polícia Federal já deixou um recado dizendo que vai prender o índio que fizer a cobrança. Nós vamos cobrar. A gente vai enfrentar e encarar esse problema de frente", afirmou.

Em entrevista ao portal Amazônia Real, o general Eduardo Villas Bôas disse que a mensagem enviada pela presidente Dilma Rousseff aos índios foi no sentido de determinar providências para o fim do pedágio. A reunião, que durou cerca de duas horas, começou às 15h30 (17h30 em Brasília), na aldeia Marmelos, e contou com a presença de representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República.

"Para a presidente Dilma a cobrança do pedágio não pode voltar a acontecer. A presidente manifestou muita preocupação sobre o que está acontecendo e determinou que fosse adotadas providências no sentido de que a Lei seja cumprida", afirmou o comandante do CMA.

Segundo o general Villas Bôas, a presidente Dilma Rousseff manifestou preocupação com a segurança da população do sul do Amazonas. A região vive um clima de conflito entre índios e a população não indígena das cidades de Apuí, Manicoré e Humaitá, desde o desaparecimento de três homens na reserva e a morte do cacique Ivan Tenharim no mês de dezembro de 2013.

CONT.



"A presidente Dilma determinou que se faça as apurações corretamente para definir os responsáveis nas três questões: a morte do índio, o desaparecimento do três rapazes e repercussão (a revolta dos moradores). A presidente Dilma tomou providências para promover a normalização da vida nesta região, garantindo a segurança de todos, além do atendimento dos índios, que têm dificuldade de alimentação, medicamentos e tratamento contínuo", disse o general Villas Bôas.

Solução imediata

Ivanildo Tenharim disse que as lideranças não aceitaram a proposta da comissão. Segundo ele, a contrapartida apresentada pela comissão é de longo prazo. Os índios querem uma decisão de curto prazo já que arrecadavam cerca de R\$ 35 mil mensais com a cobrança do pedágio ilegal.

O dinheiro, segundo ele, era dividido entre 13 aldeias, onde vivem cerca de 940 índios. "Nós precisamos de uma solução imediata. Pedimos uma compensação ao governo em 2007. E a agora o governo, que nunca fez nada, vem apresentar uma solução a longo prazo. Nossa proposta é conversar com o ministro da Justiça (José Eduardo Cardozo)", afirmou.

Benefícios do programa Bolsa Família podem ser uma contraposta que será apresentada nesta segunda-feira (13) aos índios tenharim por representantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra), Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Saúde; Defesa, Meio Ambiente (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama) em nova reunião na aldeia Marmelos.

Na cidade Humaitá aconteceu uma outra reunião neste domingo, na parte da manhã, entre autoridades estaduais, municipais e membros da comissão de paz, da qual foi integrante também o vice-governador do Amazonas, José Melo (Pros), pré-candidato ao governo estadual. Ele afirmou que o fim do pedágio ilegal é uma orientação direta da presidente Dilma Rousseff. O encontro foi na sede do 54ª. Batalhão de Infantaria de Selva do Exército.

"A nossa comissão é de paz. Nossa finalidade é encontrar caminhos para que a população indígena tenha recursos necessários para sua manutenção sem a necessidade de fazer a cobrança do pedágio. Agora, o governo federal vai encontrar uma forma de ajudar os índios a terem uma renda", afirmou José Melo, em nota enviada pela assessoria de imprensa.

Neste domingo, a Funai começou a enviar mais de 300 cestas básicas as aldeias dos índios que vivem no entorno da BR 230, na Transamazônica. O governo do Amazonas anunciou que enviará 860 cestas básicas e 360 quilos de medicamentos para as aldeias. As famílias dos desaparecidos no dia 16 de dezembro: Aldeney Salvador, Luciano Ferreira Freire e Stef de Souza receberão amparo social e financeiro do governo do Amazonas.

O pedágio ilegal dos índios tenharim e jiahui foi suspenso no dia 30 de dezembro depois de um acordo entre caciques com o delegado Alexandre Alves, da Polícia Federal. A cobrança aos motoristas particulares permaneceria suspensa até o fim das buscas na reserva aos três desaparecidos.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 06./ 2014

Brasília, 14 de janeiro de 2014.

Em reunião na aldeia Marmelos no dia 6 de janeiro com o general Eduardo Villas Bôas, os índios tenharim avisaram que iriam retornar com o pedágio em fevereiro porque foram ameaçados por fazendeiros novamente. Casas de uma aldeia e os postos de pedágio foram queimados por fazendeiros e madeireiros no dia 26 de dezembro, aumentando o clima de tensão na região.

Enquanto não são concluídas as buscas e as negociações sobre o pedágio, o governo federal decidiu manter a força-tarefa composta por cerca 700 homens no sul do Amazonas.

Ao longo da reserva indígena Tenharim fazem a segurança em pontos estratégicos 300 profissionais da Polícia Federal, Força Nacional de Segurança e Polícia Rodoviária Federal. O Exército apoia as ações com 170 militares. A Polícia Militar do Amazonas mantém 227 policiais nas cidades de Apuí, Manicoré e Humaitá.



Disputas de terras acirram focos de tensão com índios

SÍTIO JORNAL DA NOVA, 13.01.2014

Da Redação

As disputas de terras entre índios e fazendeiros deverão ser motivo de dor de cabeça para a presidente Dilma Rousseff neste ano eleitoral.

A tensão em vários Estados do país vem se agravando, e os envolvidos apontam lentidão do Planalto na resolução de conflitos que podem estourar a qualquer momento. Entidades indigenistas culpam a permanência de fazendeiros em terras indígenas já homologadas e a paralisação no governo dos processos para demarcação de novas áreas.

"Sem política efetiva rumo a uma solução, o conflito tende a se agravar. Não dá mais para não ter estratégia clara", diz o ex-presidente da Márcio Santilli, coordenador do Instituto Socioambiental (ISA).

Os ruralistas apontam irregularidades nos processos de demarcação como responsáveis pelos conflitos, dizem que o modelo atual só beneficia os índios e acusam o governo de tolerar invasões. "Do jeito que está não tem como continuar. Esse tipo de posição cria insegurança jurídica", diz Carlo Coldibelli, assessor jurídico da Federação de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul.

A questão indígena voltou a chamar atenção em dezembro, quando a população de Humaitá (AM) atacou instalações da Funai e passou a hostilizar os índios tenharim, que acusaram pelo desaparecimento de três moradores.

A Folha identificou focos de conflito iminente em pelo menos sete Estados, todos ligados a disputas entre os índios e proprietários rurais. Na Bahia, o problema é que a demarcação das terras indígenas não foi concluída. Em Minas Gerais, os índios querem ampliar suas reservas. Em Mato Grosso do Sul, no Maranhão e no Rio Grande do Sul, as terras já foram demarcadas, mas continuam ocupadas por fazendeiros.

A situação é mais delicada em Mato Grosso do Sul, Estado que tem a segunda maior população indígena do país depois do Amazonas. Terras com títulos de propriedade concedidos no século 19 são reivindicadas pelos índios. A federação dos produtores rurais do Estado estima que cerca de 80 fazendas estejam invadidas por índios.

Os conflitos se acentuaram em maio do ano passado, quando um índio terena morreu durante uma ação de reintegração de posse em uma fazenda na Terra Indígena Buritis, em Sidrolândia (MS).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 06./ 2014

Brasília, 14 de janeiro de 2014.

No Maranhão, o clima é de tensão entre os awá-guajás e produtores rurais na região de São João do Caru. Na semana passada, o governo federal iniciou operação para retirar não índios da área, reconhecida oficialmente como terra indígena desde 2005. Moradores terão 40 dias para deixar o local, mas muitos já dizem que não sairão.

Na região Norte, conflitos estão relacionados sobretudo a obras de infraestrutura. O governo quer licitar hidrelétricas nos rios Teles Pires e Tapajós, no Pará, mas há resistência dos índios mundurucus, que vivem na região.

Diante do acirramento dos conflitos entre índios e fazendeiros em 2013, o governo Dilma suspendeu demarcações de terras indígenas em curso e prometeu novas regras para aumentar a transparência nesses processos e evitar a judicialização das disputas.

Folha Online



Caingangues ocupam Floresta Nacional no norte do Rio Grande do Sul para pedir terra
SÍTIO JORNAL DO COMÉRCIO/RS, 13.01.2013

Um grupo de cerca de 60 caingangues mantém sob ocupação duas casas funcionais, um galpão e um terreno da Floresta Nacional de Passo Fundo, em Mato Castelhano, no norte do Rio Grande do Sul, há uma semana. Os índios pedem que a União acelere o processo de reconhecimento de 3,5 mil hectares - 1,3 mil da floresta e mais 2,2 mil de áreas exploradas por agricultores - para a comunidade. É a quarta vez que se instalam no local. As anteriores foram em 2005, 2010 e 2013.

A pedido dos funcionários do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), os índios não entraram na sede administrativa da área de preservação e no viveiro de mudas de espécies nativas. O chefe da unidade avançada do ICMBio Adão Luiz Gullich destaca que a Floresta Nacional de Passo Fundo "é o maior remanescente da mata de araucárias do Planalto Médio do Rio Grande do Sul". Além de preservar flora e fauna nativas, a área é campo de pesquisa de cinco universidades gaúchas. "Pelo diálogo estamos conseguindo preservar as atividades científicas", afirma Gullich. A Advocacia-Geral da União (AGU) já pediu a reintegração de posse à Justiça, que não havia se manifestado até o final da tarde desta segunda-feira.



Tentativa de homicídio contra liderança no Quilombo Brejo dos Crioulos
SÍTIO CEDEFES, 13.01.2014

Pedidos de medidas urgentíssimas às autoridades competentes

Em meados de 2013, a fazenda do Prefeito de Varzelândia/MG, Felisberto Rodrigues Neto foi retomada pelos quilombolas de Brejo dos Crioulos, uma vez que se encontra inserida no território quilombola cuja área total deste território negro, demarcada pelo INCRA/MG, é de 17.302,00,00 hec. (dezessete mil trezentos e dois hectares). Todo o território quilombola foi objeto do decreto de desapropriação expedido em 29/10/2011, pela Presidência da República, após intensa manifestação dos quilombolas em Brasília.

Nessa manhã de 09/01/2014, segundo ligação de José Carlos de Oliveira Neto (VÉIO), o Prefeito Felisberto Rodrigues Neto, acompanhado de dois jagunços, um tal de ZÉ e outro conhecido por JOÃO, e o filho do prefeito Danilo, todos em uma caminhonete e em dois carros da prefeitura de Varzelândia, bem como de guarnição da PMMG, foram até a fazenda ocupada pelos quilombolas e os expulsaram a tiros, sem mandado judicial. Parece que a PMMG ficou afastada da fazenda, para não aparecerem, pois não tinham mandado judicial.

Relata o Véio, que só não morreu em razão de ter corrido para não ser atingido pelos tiros de carabina disparados por um dos jagunços sob as ordens do prefeito FELISBERTO.

A referida fazenda está sub judice cujo processo ainda não teve ordem de despejo contra os ocupantes conforme movimentação abaixo.

0004834-52.2013.4.01.3807

Classe: 1707 - REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE

Vara: 3ª VARA FEDERAL

Juiz: WILSON MEDEIROS PEREIRA

Data de Autuação: 05/07/2013

Distrib

Paulo Faccion

CPT - MG



Crimes e violência no Quilombo Brejo dos Crioulos

SÍTIO CEDEFES, 13.01.2014

Prezados(as) Senhores(as),

Os reiterados casos de violência no território do Quilombo Brejo dos Crioulos descreve um modus operandi muito claro, no que tange à formação de milícias armadas e financiadas pelos latifundiários descontentes com a desapropriação das áreas inseridas no perímetro territorial do quilombo, bem como a total inércia da justiça local em punir os fazendeiros e seus jagunços.

No início de 2011, após o atentado contra uma das lideranças dos quilombolas, o Edmilson de Lima Dutra (Coquinho), que quase faleceu em decorrência das facadas que levou, desferidas pelo jagunço do fazendeiro Raul Ardito Lerário, de nome, Roberto Carlos Pereira, a Delegada de Polícia, Dra Andrea Pochmann, investigou e indiciou a milícia de latifundiários, pedindo, inclusive, a busca e apreensão de armas e a prisão preventiva de todos os pistoleiros e mandantes. Restou frustrada as diligências da Polícia Civil (com colaboração da equipe da Polícia Federal de Montes Claros), uma vez que o MPE local e o Juiz da Comarca de S. J. da Ponte/MG, denegaram o pedido de prisão da jagunçada.

No dia 15/09/2012, ainda de manhã, após a reocupação da fazenda de Raul, pistoleiros armados, foram presos em flagrante por porte de armas pela PMMG, frustrando um ataque planejado contra os quilombolas, a fim de vingarem a morte do pistoleiro Roberto Carlos, integrante do mesmo bando da milícia latifundiária.

Com a morte do pistoleiro, Roberto Carlos, na madrugada de 15/09/2012, prontamente, o MPE e o Juiz local, em uma confusa denuncia sem provas, imediatamente, acusaram e prederam 5 de 09 quilombolas acusados (que por coincidência são lideranças locais).

A risível denúncia de assalto seguido de morte, descrita pela promotora da época, ilustrando tal latrocínio, conjecturava que os quilombolas invadiram a residência do pistoleiro para roubar latas de cerveja. o que foi desmentido pelas provas do autos.

Chamou a atenção o processo penal guiado pela promotoria, pela esdrúxula narrativa assentada em provas frágeis e a aceitação de argumentos insólitos pelo judiciário, mantendo as prisões até hoje.

Fora isso, ainda com as prisões de importantes lideranças quilombolas, o poder local, não se contentou, pois, a principal liderança, o Véio, ainda havia sobrevivido a todos esses ataques.

Agora, adentramos o ano de 2014 com essa notícia de atentado homicida contra o Véio, perpetrado por agente público, Felisberto Rodrigues Neto, prefeito municipal eleito pelo DEM, cuja administração municipal, compõem a estrutura estatal da federação republicana brasileira.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 06./ 2014

Brasília, 14 de janeiro de 2014.

Veja bem, ainda na esfera das coincidências, logo depois que o Véio ganhou projeção internacional, tendo sido o principal protagonista em Washington-DC, na audiência realizada em novembro de 2013, perante a OEA, cujo brado, no alto de sua sabedoria, repisava e desfilava o rol de denúncias sobre as violações dos direitos humanos, que são reiteradas e persistentes no Quilombo Brejo dos Crioulos em face da inércia das autoridades brasileiras, sofre esse atentado no dia 09/01/2014 por jagunços na presença e sob as ordens do prefeito. Poucos minutos antes desse atentado, uma guarnição da PM (Sgto Vaderlei) com carro de polícia, segundo o Véio, compunha a comitiva desses bandidos.

O Prefeito de Varzelândia, acostumado com o crime e a violência (vide o FAC dele sob o n. 2.221836) anda com pessoas também perigosas, conforme relatório da PC, são marginais com antecedentes de tráfico de drogas, assalto a banco, receptação e posse de arma. Ainda, o Zé Pernambuco que ameaçou com arma em punho quilombolas que ocupavam a fazenda do prefeito está no rol desses criminosos, agindo com total impunidade, empunhou revolver para os quilombolas, chicoteou Fernando e Ítalo Celestino, chamando-os de negros safados. tendo o Delegado de S. J. da Ponte, autuado esse bárbaro crime de racismo, lesão corporal e ameaça, com um simples TCO.

Esses são elementos indiciários suficientes para a prisão imediata desses bandidos. Será que agora o MPe e Judiciário local vai aliviar de novo para essa canalhada?

Elcio Pacheco.

Fonte: Elcio Pacheco



Conflito vai muito além da questão indígena: envolve madeiras clandestinas, cassiterita, ouro e diamante
SÍTIO CEDEFES, 13.01.2014

Combinação de interesses de garimpeiros, madeireiros e também dos índios transforma em 'barril de pólvora' região com embates no sul do Amazonas

A combinação de garimpos, madeiras e reservas indígenas com a quase ausência do Estado transformam a região sul do Estado do Amazonas numa área de conflitos. Em 25 de dezembro, revoltada com o desaparecimento de três homens numa área indígena da Transamazônica, uma multidão queimou veículos, barcos e instalações de atendimento ao índio em Humaitá, a 675 km de Manaus. Madeireiros se armam no distrito de Santo Antônio do Matupi, vizinho da Terra Indígena Tenharim Marmelos, depois que os índios anunciaram que vão reconstruir pedágios incendiados.

Os indígenas se preparam para reagir caso haja novo ataque. "Estamos lidando com um barril de pólvora", disse o prefeito de Humaitá, Cidenei Lobo do Nascimento (PMDB). Cerca de 600 guerreiros tenharins, parintintins e jiahuis estão prontos para o confronto. "Da outra vez não reagimos para evitar sangue, mas índio não tem medo e, se tiver um ataque, nossa reação vai ficar para a história", afirmou Aurélio Tenharim, na presença do comandante militar da Amazônia, general Eduardo Villas Bôas. Segundo ele, os índios vão se defender com arcos, flechas e tacapes, mas o serviço de inteligência do Exército apurou que eles também têm armas de fogo.

O pedágio é pano de fundo de um explosivo conjunto de interesses. O distrito de Santo Antônio do Matupi, em Manicoré, ao lado da reserva dos tenharins, tem a maior concentração de serrarias do Estado. Além das 36 madeiras legalizadas, há dezenas clandestinas. A terra indígena guarda imenso depósito natural de madeira nobre. Para o bispo de Humaitá, d. Francisco Merkel, os madeireiros estão no centro de uma campanha contra os índios porque querem a madeira da reserva. "Isso teve peso na revolta, pois muitos aproveitaram a situação dos desaparecidos para colocar à frente interesses econômicos."

Os índios acusam os madeireiros de furtar madeira da reserva. De acordo com o cacique Zelito Tenharim, eles abriram cinco estradas vicinais para entrar na área protegida a partir do km 180 da Transamazônica. "Toda madeira que está saindo do Matupi é da reserva. O Ibama fiscaliza nós (sic), mas não fiscaliza o madeireiro", disse o cacique ao general Villas Bôas.

Madeireiros do distrito integravam o grupo que, após o primeiro conflito, no dia 27 de dezembro, invadiu a reserva e incendiou os postos de pedágio dos índios. O presidente da Associação dos Madeireiros de Matupi, Samuel Martins, repudiou a acusação dos índios e disse que a madeira provém de áreas de manejo florestal.

CONT.



Fiscalização

O Ibama não dispõe de efetivo e frota para manter uma fiscalização eficiente. A sede do órgão em Humaitá, que guarda pilhas de madeira apreendida, fica sem segurança à noite. Das oito viaturas, cinco estavam em manutenção ou conserto. E dos quatro servidores, apenas um está apto a fiscalizar.

Os minérios também são alvo de disputas. Os índios estão sobre grandes jazidas de cassiterita, mas o que atrai mineradores e garimpeiros são ouro e diamante. Aventureiros já tentaram abrir garimpos no Rio Marmelo, no coração da reserva. Dos seis garimpos em operação no Amazonas, dois estão na região.

Na presença do general Villas Boas, os índios usaram a defesa desse território como argumento para manter o pedágio na Transamazônica. "O pedágio é o único que não dá trabalho para o governo brasileiro. Suspender a cobrança é perigoso, pois os tenharins podem se aliar com os empresários, e aí vai embora madeira e vai ter garimpo. Nós sabemos onde tem ouro e diamante aqui e não queremos fazer isso, mas, na necessidade, pode acontecer. Eu não vou conseguir segurar meu povo", disse o cacique Zelito Tenharim.

A exemplo do que ocorreu com o sudeste do Pará, à derrubada da floresta pelos madeireiros segue a entrada do gado e se acirra a disputa pelo território. Ao longo da Transamazônica e da BR-319, brotam fazendas de gado na terra em que a floresta já foi derrubada. A maioria das áreas é de posse e surgem as primeiras lavouras de soja. A expectativa do asfaltamento da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus, atrai levas de forasteiros para a Vila de Realidade, a 100 km ao norte de Humaitá. Entre os recém-chegados está um grupo ligado ao Movimento dos Sem Terra (MST).

Para o general Villas Boas, é importante a atuação dos órgãos do governo para organizar a expansão e reduzir conflitos. "A região é muito rica e tem oportunidade para todos." O prefeito de Humaitá, em conjunto com os de Apuí e Manicoré, vai pedir ao governo a presença permanente da Força Nacional de Segurança na região.

Fonte: Por José Maria Tomazela, enviado especial de O Estado de S.Paulo



Boletim de Notícias - Edição nº 06./ 2014

Brasília, 14 de janeiro de 2014.

Enchentes na Terra Indígena Krenak

SÍTIO CEDEFES, 13.01.2014

Olá pessoal!

Como vocês devem ter acompanhado nas últimas semanas, fortes chuvas atingiram algumas regiões de Minas e Espírito Santo causando muita destruição. Os índios Krenak com quem trabalhei no mestrado habitam uma região que foi muito afetada por estas chuvas, e em um contato que fiz para ter notícias sobre a situação deles, me pediram para criar uma petição on line para solicitar que o prefeito envie uma equipe para recuperar as estradas de acesso à Terra Indígena, já que foram fortemente danificadas com as chuvas. Criei a petição e peço a vocês que assinem e compartilhem em suas redes.

O link para a petição é:

<http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR67099>

Muito obrigado!

Fonte: <http://www.peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=BR67099>



Projeto Quilombolas realiza cursos para comunidades de Lauro de Freitas

SÍTIO GOVERNO DA BAHIA, 13.01.2014

O Projeto de Inclusão de Comunidades Remanescentes de Quilombos (Projeto Quilombolas) realiza, até o dia 24 deste mês, cursos de informática para comunidades quilombolas na unidade do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), no município de Lauro de Freitas.

A iniciativa é do Governo da Bahia, por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir). Os cursos, que irão qualificar 40 participantes, integram ações empreendidas pelo Projeto Quilombolas desde 2009.

O objetivo do projeto é financiar atividades para comunidades remanescentes de quilombos na Bahia, Ceará e Pernambuco. As ações são realizadas com recursos doados pelo Fundo do Desenvolvimento Social do Governo do Japão, via Banco Mundial, no valor de US\$ 877,6 mil, somente na Bahia.

Centros multiuso

Qualificar as comunidades quilombolas para estabelecer diálogos com as instâncias públicas e privadas visando a elaboração de projetos e políticas que as beneficiem é a meta do projeto. As ações ocorrem em 100 comunidades remanescentes de quilombos localizadas prioritariamente nas áreas de atuação da CAR e dos territórios de identidade.

As comunidades também são beneficiadas com implantação de centros multiuso, dotados de modernos equipamentos de informática, como impressoras e computadores e antenas para viabilizar acesso à internet, além de espaços destinados a reuniões e atividades econômicas.



Comunidade quilombola de RO comemora o crescimento do turismo

SÍTIO AMBIENTE BRASIL, 13.01.2014

O turismo de uma das comunidades quilombolas mais tradicionais de Rondônia tem crescido nos últimos anos, segundo a direção da associação de moradores. Localizada às margens do Rio Guaporé, município de São Francisco do Guaporé (RO), um dos grandes atrativos de Pedras Negras, de acordo com Rozaldo Godói, presidente da associação, é devido as grandes pedras, praias, pesca e sítios arqueológicos existentes no local.

"No período em que o rio está baixo, os turistas podem apreciar as belas paisagens do local", relata. Godói, hoje com 49 anos, é um dos moradores mais antigos do local. Nascido e criado em Pedras Negras, ele conta que atualmente a comunidade quilombola possui duas pousadas, sempre com reservas marcadas. "Para chegar até aqui, as opções são o barco e o avião de pequeno porte, pois temos uma pista de pouso", afirma.

Segundo a associação de moradores, agências de viagens do Vale do Guaporé e do Cone Sul do estado são as que mais enviam turistas para o local. A igreja católica, construída há mais de 100 anos, também é um dos símbolos de Pedras Negras. Com uma torre que pode ser vista há quilômetros de distância, anualmente a comunidade participa da tradicional Festa do Divino do Espírito Santo.

Maria de Fátima Ferreira é moradora da comunidade desde 1978. Com 49 anos de idade, a igreja é um dos seus locais preferidos para passar o tempo. "Venho sempre aqui fazer minhas orações, arrumar as flores, varrer e arrumar o local. O que gosto daqui é que toda a comunidade é católica e veem semanalmente aos cultos", conta.

Os apaixonados por história ficam encantados quando encontrar as urnas funerárias enterradas no quilombo de Pedras Negras. Segundo os moradores, frequentemente são encontrados panelas de barro onde foram sepultados corpos de índios.

Olaida Faustino, 59 anos, também é moradora nativa do quilombo. Para a dona de casa, o local é mais do que paradisíaco. "Aqui é tudo de bom. Tem escola, quadra de esporte e energia", afirma. De acordo com a moradora, o aumento do turismo foi benéfico para a comunidade. Em quase seis décadas de vida, Olaida afirma ter visto centenas de animais andando próximo das casas. "Já vi sucuri com mais de cinco metros de tamanho, além de jacarés", relata.

O número de famílias em Pedras Negras também aumentou em três anos. "Em 2011 tínhamos 17 famílias aqui na comunidade. Hoje somos em 58", revela. Outro crescimento com rendimento de produção positiva foi a pecuária. De acordo com o presidente da associação, desde 2008 alguns produtores começaram a criar gado, possibilitando assim que os moradores locais pudessem se alimentar de derivados do leite.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 06./ 2014

Brasília, 14 de janeiro de 2014.

A maior parte da renda da comunidade é oriunda da colheita da castanha, que deve se iniciar nas próximas semanas. Por ser área de reserva, o desmatamento é proibido, sendo assim os colhedores precisam se embrenhar na mata em busca das bolas de Castanha do Brasil. Toda produção é levada e vendida em Costa Marques (RO). (Fonte: G1)



Edital aberto para agricultura familiar prioriza jovens

SÍTIO PORTAL BRASIL, 13.01.2014

Recursos chegam a R\$ 15 milhões para público composto também por mulheres, quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais

Os jovens do meio rural estão entre o público prioritário do edital que destina até R\$ 15 milhões para apoiar a agricultura familiar. O edital, lançado no fim do ano passado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ficará aberto até 31 de março deste ano.

Os recursos chegam a R\$ 15 milhões para um público prioritário composto por mulheres, jovens, quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais.

Histórico

A criação de mecanismos de participação e acesso da Juventude Rural ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) tem sido um dos esforços realizados pela Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República (SNJ-SG/PR) em diálogo com a Conab.

Em 2013, SNJ-SG/PR e Conab realizaram duas importantes atividades. A primeira uma oficina sobre o PAA, Agroecologia e Juventude Rural que contou com a participação de 40 jovens de movimentos sociais do campo. A segunda, realizada pela SNJ e parceiros que foi o Diálogo entre governo e Sociedade Civil sobre o Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural.

Edital

O edital, com recursos, provenientes do BNDES Fundo Social, visa apoiar projetos que fortaleçam cooperativas e/ou associações de produtores rurais de base familiar, formalmente constituídas, através de investimentos voltados para a estruturação de circuitos locais e regionais de produção, beneficiamento, processamento, armazenamento e comercialização, com o intuito de melhorar suas condições de atuação no mercado governamental de alimentos, priorizando o sistema orgânico ou de base agroecológica, mulheres, jovens, quilombolas, indígenas e demais povos e comunidades tradicionais.

Os projetos que beneficiem exclusivamente mulheres poderão receber até R\$ 70 mil, enquanto os projetos destinados aos demais públicos receberão até R\$ 50 mil.

Para serem beneficiadas, as organizações produtivas rurais de base familiar devem fornecer alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou para o Programa Nacional de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 06./ 2014

Brasília, 14 de janeiro de 2014.

Alimentação Escolar (PNAE), ou que operem a Política de Garantia de Preço Mínimo dos Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio).

O edital prioriza de acordo com as diretrizes do Programa de Fortalecimento e Ampliação das Redes de Agroecologia, Extrativismo e Produção Orgânica (Ecoforte), em complementação às ações previstas no âmbito do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo).

Fonte:
Secretaria Nacional de Juventude

Ribeirinhos de Tarauacá recebem serviços especializados de saúde

SÍTIO O RIO BRANCO, 14.01.2014



A embarcação leva atendimento médico/odontológico e prestação de serviços como emissão de carteiras de trabalho e cadastramento do Bolsa Família

Como estratégia para ampliar o acesso da população ribeirinha à saúde, a Unidade Móvel Fluvial da Secretaria Municipal de Saúde (Semsu) partiu nesta segunda-feira, 13 para a primeira viagem ao Alto Tarauacá. A embarcação leva atendimento médico/odontológico e prestação de serviços como emissão de carteiras de trabalho e cadastramento do Bolsa Família.

Cerca de 30 profissionais de diversas áreas participam da ação. A meta é atender aproximadamente 2 mil moradores da região no período de 15 dias.

Esta é a primeira ação itinerante nas comunidades do rio Alto Tarauacá na atual administração municipal. Desta vez deve ser registrado um marco histórico para a comunidade indígena Apuaña, que, segundo seus moradores, nunca havia recebido serviço do atendimento de saúde itinerante municipal.

No partida da unidade, estiveram presentes o prefeito Rodrigo, acompanhado do vice-prefeito, Chagas Batista, do secretário de Saúde, Carlos Tadeu, do secretário de Educação, Edmundo Maciel, além dos vereadores Lulu Neri (PROS), João Moreira (PSB), Sidenir das Chagas (PCdoB), Manoel Monteiro (PCdoB), Narço Kaxinawá (PROS), e o deputado estadual Moisés Diniz (PCdoB).

Na sexta-feira, 17, o prefeito Rodrigo Damasceno, acompanhado de Chagas Batista e de Carlos Tadeu, acompanhará os trabalhos na comunidade Tamandaré, no Alto Tarauacá, oportunidade em que e realizar consulta médica.

CONT.



“Desde que assumimos a prefeitura, temos a preocupação de aproximar os serviços das secretarias à população. Realizamos periodicamente esse trabalho em todas as comunidades. Nos ramais, fazemos o acompanhamento das famílias com saúde e outros benefícios durante o período de estiagem. Na zona ribeirinha, estamos enviando a equipe neste período de cheia, que é o período em que os rios Tarauacá e Murú possibilitam a navegação, que garante a presença de profissionais e do material necessário para realizarmos um bom atendimento”, afirmou o prefeito.

“É com muito prazer que realizamos esse trabalho direto nas comunidades ribeirinhas, pois sabemos que os serviços de saúde na zona rural se tornam de difícil acesso. Provavelmente, irei passar cinco dias acompanhando de perto o atendimento às famílias do Alto Tarauacá. Conhecemos de perto as necessidades da população e fazemos de tudo para amenizá-las”, ressaltou o vice-prefeito, Chagas Batista.

Segundo o secretário municipal de Saúde, Carlos Tadeu, é prioridade da Unidade Móvel Fluvial ampliar o acesso da população ribeirinha a serviços pouco oferecidos ou ainda não disponíveis na área rural. “Por isso, levaremos a Unidade Móvel Fluvial com saúde itinerante, para que as famílias possam ser atendidas com respeito e dignidade e as comunidades em geral tenham atendimento, inclusive de odontologia”.

Ao retornar, a unidade seguirá em missão igual no rio Murú e baixo Tarauacá, onde também devem ser atendidas 2,5 mil pessoas que residem em comunidades da região.

“Nosso trabalho é levar serviços de saúde até as comunidades mais distantes e também facilitar o acesso do pacientes na rede pública, buscando resolutividade para os problemas de saúde em nosso município. Não importam as dificuldades que tenhamos que enfrentar para chegar até essas populações. Garantir saúde para todos é uma das prioridades do prefeito Rodrigo Damasceno”, explicou o coordenador-responsável pela a Unidade Móvel Fluvial, Elizeu Sombra.



Enem, armadilha para negros e pobres? (Artigo)

SÍTIO LINEAR CLIPPING, 14.01.2014

Frei David Santos e Flávio Passos

A Educafro faz uma alegre partilha e um questionamento em forma de denúncia: de 2009 a 2013 o Pré-vestibular Quilombola, do Município de Vitória da Conquista, Bahia, parceiro da ONG, aprovou nos vestibulares públicos um total de 143 quilombolas. O projeto atende estudantes de 40 comunidades da região sudoeste da Bahia. Em nenhum outro lugar do Brasil conseguiu-se tamanha inclusão de quilombolas no ensino superior.

É uma experiência fantástica e que merece ser mais estudada. Dos 143, 132 foram aprovados nos vestibulares da Universidade Estadual da Bahia (Uesb); quatro, na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS); sete, na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Inclusive, em cursos concorridos como Psicologia, Medicina, Direito, Odontologia e Enfermagem. Com a substituição do vestibular tradicional pelo ENEM, no início, achávamos que essa nova metodologia de seleção - derrotando a decoreba dos cursinhos caros - iria trazer grande incentivo aos jovens, vítimas dos governos estaduais que oferecem um péssimo conteúdo acadêmico a quem só tem como opção de educação a escola pública.

O ENEM nasceu com uma proposta de avaliação do ensino médio. Agora, está imitando a tortura dos vestibulares conteudistas e que adotam a meritocracia injusta como visão pedagógica de seleção. O grande filósofo do Direito, da universidade de Harvard, Michael Sandel chama a atenção e conclama as universidades do mundo a reverem suas compreensões de meritocracia, passando a adotar a meritocracia justa.

Descobrimos que o uso do ENEM como vestibular, na forma como ele é aplicado, corre o perigo de se transformar numa armadilha para os pobres, negros, quilombolas e indígenas do Nordeste. A Uesb, a partir de 2012, disponibilizou metade das suas vagas no SISU, via ENEM. Naquele ano, apenas um quilombola do projeto foi aprovado via SISU.

Na UFBA, em 2013, a primeira parte do processo seletivo foi via SISU. Também apenas um quilombola da região foi aprovado. Em 2013, enquanto nenhum quilombola da região conseguia ingressar na Uesb via SISU, outros 22 foram aprovados via vestibular. Em 2014 a nota de corte para o ingresso na UFBA, que passou a adotar o SISU como o seu processo seletivo único, ficou na média de 650 pontos.

Globalizar o processo de entrada nas universidades públicas via ENEM pode ser uma armadilha cruel para o povo pobre, negro, quilombola e indígena do Nordeste. Estamos prevendo que o ENEM-SISU 2014 trará para o nosso povo mais exclusão. A meritocracia justa será colocada para trás mais uma vez.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 06./ 2014

Brasília, 14 de janeiro de 2014.

Será uma grande decepção para o nosso povo local ver o sonho de ingressar em uma instituição pública de ensino se distanciando. Fazer um trabalho de mobilização da juventude quilombola e indígena para a conquista e empoderamento do seu direito à universidade pública não pode ser em vão. Isso vai decisivamente ajudar o Brasil a ser menos desigual e mais justo com os povos tradicionais. Diante deste quadro, queremos uma audiência urgente com o Ministro da Educação, para debater esta nova forma de exclusão, inesperada. Com a palavra, Aloizio Mercadante.

Será uma grande decepção para o nosso povo local ver o sonho de ingressar em uma instituição pública de ensino se distanciando

Frei David Santos é especialista em ações afirmativas e Flávio Passos é professor



Confira quem deve ser responsabilizado pelo agravamento da questão indígena
SÍTIO TRIBUNA DA INTERNET, 14.01.2013

Carlos Newton

Sempre que a chamada questão indígena é tratada aqui na Tribuna da Internet, surgem comentários especulando sobre quem realmente foi o responsável pelo apoio do governo brasileiro à Declaração Universal dos Direitos dos Povos Indígenas, aprovada pela Organização das Nações Unidas em setembro de 2007.

Na época, o presidente era Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro Celso Amorim respondia pelas Relações Exteriores. Em julho de 2007, a embaixadora Maria Luiza Viotti foi nomeada representante permanente do Brasil na ONU. Dois meses depois, em setembro, ela assinava a Declaração da ONU, em nome do governo brasileiro.

Detalhe importantíssimo: este tratado internacional vinha sendo discutido há quase 20 anos nas Nações Unidas e os representantes diplomáticos brasileiros sempre se posicionaram contrários à aprovação. De repente, não mais que de repente (como dizia o poeta Vinicius de Moraes), a missão do Brasil mudou de ideia e assinou o documento. Sabe-se que a pressão internacional, chefiada pela delegação francesa, realmente foi muito intensa, mas nada justificava o apoio do Brasil a um tratado internacional que concede independência às chamadas nações indígenas, que já detêm cerca de 20% do território nacional, entre reservas demarcadas e a demarcar.

UM PRECEDENTE

Não podemos esquecer que já havia um precedente. Em 1989, final do governo de José Sarney, a delegação brasileira na Organização Internacional do Trabalho (OIT) havia assinado a Convenção 169, que abria caminho para a independência das nações indígenas. O chanceler era Abreu Sodré e é espantoso que o Brasil tenha aceitado justamente na OIT um tratado que extrapolava em muito as relações de trabalho e invadia assuntos internos de nosso país.

O pior é que esse tratado foi levado a ratificação pelo Congresso Nacional, que o aprovou em 2002, final do governo FHC, quando o chanceler era Celso Lafer. E para orgulhosamente comemorar o Dia do Índio, a 19 de abril de 2004 o então presidente Lula assinou o decreto 5.051, promulgando a Convenção 169 da OIT, a ser obedecida pelo Brasil ("executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém", diz o decreto).

TODOS SÃO RESPONSÁVEIS

Este é o quadro da questão indígena, que se agrava progressivamente. Todos são responsáveis: os presidentes Sarney, FHC e Lula, os chanceleres Abreu Sodré, Celso Lafer e Celso Amorim, e os embaixadores que à época representavam o Brasil na OIT e na ONU e

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 06./ 2014

Brasília, 14 de janeiro de 2014.

assinaram os tratados em nome de nosso país. Os embaixadores também são responsáveis, porque deveriam ter se recusado a assinar, denunciando esses crimes de lesa-pátria.

Todos são responsáveis, não há dúvida. O único que pode dizer que não sabia de nada, claro, é Lula. Sua ignorância é uma espécie de habeas corpus preventivo. Nunca leu um só livro, como iria ler e compreender um tratado internacional de tal importância?

Agora, seus marqueteiros vivem a propagar que Lula está lendo livros. Recentemente, Lula deu entrevista dizendo ter lido a biografia de Abraham Lincoln e até citou uma passagem importante. Mas era mentira. Lula apenas viu o filme, pois citou justamente uma cena que não consta da biografia e foi inserida pela roteirista da película.

Como ensinava Noel Rosa, “pra que mentir?”



Não índios que vivem em reserva no MA alegam que não têm para onde ir
SÍTIO SLZ NEWS, 14.01.2014

Moradores não índios da reserva dos Awá-Guajá, próxima à cidade de São João do Caru, no Maranhão, que vão ser notificados para deixarem o território, alegam não ter para onde ir. A decisão da Justiça tem como objetivo proteger a etnia e conter o desmatamento da região.

Forças nacionais de segurança iniciaram uma operação no dia 6 de janeiro para notificar moradores não índios que vivem no Território indígena Awá-Guajá, no Maranhão, e pedir sua saída voluntária da área protegida em até 40 dias, em cumprimento à decisão judicial expedida em dezembro.

O objetivo da Justiça é conter o desmatamento na região, que segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) já afetou 34% do território indígena, com perímetro de 1.700 km² (área pouco maior que o território da cidade de São Paulo), e ameaça a proteção da etnia, considerada por organizações ambientais como uma das mais ameaçadas. Segundo levantamento feito pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), há cerca de 300 construções ilegais dentro do território dos Awá.

O ministério da Defesa está usando imagens de satélite para mapear os ocupantes da terra indígena. A operação está concentrada do lado sul da reserva, onde a ação de madeireiros deixou imensas clareiras na selva. Há também na região vilarejos com igrejas e escolas. Cerca de 40 famílias vivem em um dos vilarejos que, segundo a Funai, também são reserva indígena. Assim que terminar o despejo, todas as casas serão demolidas. A Justiça Federal recomendou que os cemitérios sejam preservados.

A entrega das notificações deveria ter começado na semana passada, o atraso na chegada dos oficiais de justiça fez aumentar o clima de incerteza na região. Uma base do exército começou a ser montada dentro da reserva. Seis órgãos federais vão atuar no cadastro das famílias com direito de inclusão nos programas sociais do governo, mas ninguém será indenizado.



Direito de registrar filho com nome indígena é aprovado na primeira comissão
SÍTIO AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 14.01.2014

Proposta ainda precisa ser aprovada pela CCJ e pelo Senado antes de virar lei.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados está analisando o Projeto de Lei 5855/13, do Senado, que assegura o registro público de nomes tradicionais indígenas.

A proposta, já aprovada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias, altera a Lei 6.015/13, que proíbe o registro de crianças com nomes que as exponha ao ridículo.

"Nós passamos esses anos todo sem dar a devida atenção a esse pequeno nó, mas que é muito importante para os povos indígenas", afirma o relator na Comissão de Direitos Humanos, deputado Roberto de Lucena (PV-SP).

"Não faz sentido nenhum que nós, no cartório, impeçamos o pai e a mãe de colocar no filho o nome que gostaria", acrescenta o parlamentar ressaltando que o projeto não abre brechas para que pais e mães inventem nomes nos cartórios.

O secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto, apoia a iniciativa. "Cada povo tem uma língua, tem uma forma de nomear suas descendências. E o reconhecimento pelo Estado brasileiro desse direito dos povos de terem os seus próprios nomes registrados é importante."

Segundos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Censo de 2010 registrou cerca de 305 povos indígenas espalhados em todo o território brasileiro.

Tramitação

Como o projeto tramita em caráter conclusivo, se for aprovado pela CCJ seguirá direto para análise do Senado. A proposta só será analisada pelo Plenário da Câmara se houver requerimento aprovado neste sentido.

Íntegra da proposta:

PL-5855/2013

Da Redação – ND

Colaboração - Lidyane Barros



Acusados por três desaparecimentos, indígenas vivem apartheid em Humaitá
SÍTIO PREFEITURA DE MARAPOAMA, 14.01.2013

Agência Pública

Sob risco de morte e espancamento, índios evitam circular pela cidade onde são apontados como responsáveis pelo desaparecimento de três homens brancos

A cidade de Humaitá, no Amazonas, vive um apartheid. Em suas terras, nem os índios Tenharim, nem os Parintintin, nem os Jihai podem pisar, sob pena de serem espancados e mortos. Não apenas por comerciantes e pecuaristas, mas por moradores que, como eles, vivem na pobreza.

Conheça a home do Último Segundo

A suspeita de que indígenas seriam os responsáveis pelo desaparecimento de três brancos na região trouxe à tona uma teia de conflitos e contradições. O primeiro resultado foi a culpabilização dos indígenas, antes de qualquer investigação séria - cobrada por eles e pelos parentes dos desaparecidos. Em segundo lugar, vieram atos de violência. No rastro dessa desastrosa história em que a versão dos indígenas quase sempre é ignorada, há diversos - e antagônicos - pontos de vista. Em todos eles há uma denúncia em comum: a omissão do Estado.

Entenda: Conflito no Amazonas retoma tensão de 125 anos atrás

Cacique Ivan Tenharim

Antonio Mendes Leal, o Seu Tonico, 67 anos, era amigo de Ivan Tenharim, o cacique de 45 anos que caiu da moto e morreu, no dia 3 de dezembro. Conhecia-o desde que ele tinha 15 anos. "Era um cara muito bom, nunca vi ninguém falar dele". No hotel de Seu Tonico, na Rodovia Transamazônica, Ivan pagava R\$ 30,00 para ficar com a família, no quarto com duas camas e armador de redes. Quando ia sozinho, o que era mais raro, pagava R\$ 15,00.

Em geral o cacique ia uma vez por mês a Humaitá, para compras e para resolver documentação. Por exemplo, no cartório, para registrar nascimentos. A morte do cacique Ivan Tenharim foi um momento-chave nos conflitos do fim de ano. Parte dos indígenas levantou a hipótese de que não teria sido um acidente, o que foi repercutido pelo então coordenador da Funai na região, Ivã Bocchini, que seria exonerado no início de janeiro. Esse fato acabou sendo visto pela população de Humaitá como motivo - uma suposta vingança - para o desaparecimento dos três brancos. Bocchini e os outros funcionários da Funai tiveram de se refugiar em Porto Velho.

Seu Tonico chamava a mãe de Ivan Tenharim de comadre. "Ela gosta muito de mim", ele conta. Diante dos acontecimentos do fim de ano, porém, recusa-se a receber novamente

CONT.



indígenas em seu hotel. "Prefiro perda total a tê-los aqui". Ele atribui o desaparecimento dos três brancos aos indígenas e diz que os Tenharim eram bons "até o pedágio", cobrado daqueles que atravessam a Terra Indígena. "Aí vieram os moleques para estudar aqui, beber, fumar droga", diz. Ao lado do ex-vereador Cícero Pedro dos Santos, o Cição, conta histórias sucessivas de "abusos" em relação ao pedágio. Segundo ele, as outras etnias não causariam problema nenhum. "De toda maneira, sendo índio eu não quero aqui. Nunca".

O pedágio se tornou central na narrativa sobre os Tenharim. Mesmo Dom Francisco Merkel, o bispo de Humaitá, considera a cobrança central para a origem do confronto. Difícil achar um morador favorável à cobrança do que os Tenharim definem como compensação. Um deles fez questão de entregar à reportagem um recibo de um Toyota, com carimbo dos indígenas. "Cem reais", revolta-se. "Cem reais!" O madeireiro Nelson Vanazzi considera o frete da Transamazônica "o mais caro do Brasil". "Os madeireiros do 180 estão a cada dia com mais prejuízo", afirma.

Após ficarem presos no quartel, nos dias que seguiram ao Natal, os Tenharim voltaram antes do Ano Novo para a Terra Indígena. Não podem retornar a Humaitá, mesmo que trabalhem na prefeitura. Não podem comprar alimentos ou remédios. A hostilidade da maioria dos moradores ouvidos ocorre no plural, em relação a todos os indígenas, não apenas aos que acusam de algum crime.

Buscas: Chuvas atrapalham buscas a desaparecidos em conflito com índios no Amazonas

A dor dos parentes

Do lado dos parentes dos desaparecidos, mais dor. A casa da avó de um deles, o vendedor Luciano, virou uma espécie de QG dos parentes, em Humaitá. Lá estão a mãe e a irmã dele, Luzimar e Luzineide, de Porto Velho. E lá passam o dia outros parentes, como Célia Leal, mulher de Aldeney. O terceiro desaparecido, Stef, é de Apuí, um município vizinho.

Muito chocadas, as mulheres não falam muito. Ficam atentas às notícias e procuram dar força umas às outras. Com os boatos, se acostumaram. (Houve várias notícias falsas sobre o encontro de corpos esquartejados, "esquartejados vivos", e assim por diante.)

Luzimar e Luzineide contam que só na quinta-feira, dia 2, receberam uma visita do prefeito. A pedido dos parentes. "Só hoje", repetia Luzineide. Ele levou uma psicóloga e uma assistente social. Luzineide: "Hoje". No mesmo dia em que a Polícia Federal foi pegar as roupas usadas para o trabalho dos cães. "Hoje".

Luciano é descrito pelas duas como um homem tranquilo, caseiro. Ele fez 30 anos na véspera de Natal. A mãe mostra-se mais atordoada. E emocionada: "Meu coração diz que o filho está vivo". Alguém fala dos índios. Ela reage balançando a cabeça e fazendo um barulho com os lábios: "Não posso nem ouvir a palavra índio, brrr". Embora critique o que considera proteção excessiva aos indígenas, a irmã de Luciano, Luzineide se posiciona contra os protestos violentos - e incendiários - do fim de ano. "Morte não se paga com morte. Para isso tem a justiça. Quero que eles paguem. Só isso. O que queremos é paz".

CONT.



Célia aponta Aldeney, gerente da Eletrobrás, como um romântico, um namorado à moda antiga. "Homens choram de saudade dele, os cunhados choram", conta Célia. Aldeney mora em Humaitá, mas tem casa no "180", o distrito de Santo Antônio de Matupi, e todo fim de semana viaja para ficar com ela. Devota de Nossa Senhora Aparecida, Célia diz que conversa com Deus para ganhar força. Por isso, a passeata promovida pela Igreja de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, no dia 1º, lhe fez bem. "A gente se viu só", diz.

"Tem que matar um por um"

Sobre a noite de Natal, parece haver um consenso em Humaitá: teriam matado os indígenas se eles estivessem na rua. "Tem de matar um por um", afirmava uma motoqueira, no dia 30, em um bar perto da balsa. Também são muitos os que justificam os incêndios contra bens públicos relacionados aos indígenas. "Achei que foi bem empregado terem feito isso aí", diz Seu Tônico, sobre os incêndios. "Moleques andavam tudo noiados aí, de carro novo". Boa parte dos moradores de Humaitá se refere ao quebra-quebra com naturalidade, minimizando a violência. Para eles, se tratou de uma forma de "chamar a atenção" das autoridades.

Essa expressão foi uma das mais utilizadas no período em que a Pública esteve no município. Mais comum que ela, só as frases sobre os "privilégios e regalias" que seriam desfrutados pelos indígenas. Do discurso não fazem parte as muitas outras ilegalidades em que a região é pródiga: crimes ambientais, grilagem, matanças e perseguições.

Em um hotel lotado de policiais, a reportagem foi procurada por um indígena que acabara de ser expulso de casa. Não quis dar o nome, por segurança. "Queriam queimar minha casa", contou. Esse Tenharim nunca morou na aldeia. E mesmo assim sofre retaliações. Na porta do hotel, de moto, um rapaz de camiseta branca nos encarava. Diante de um olhar interrogativo, saiu, deu uma volta. Dali a pouco passava novamente. E nos olhava com ódio.

Mesmo entre os que pensam de outra forma, os preconceitos contra os indígenas se revelam facilmente. "Se não deixarem voltar [para Humaitá] é uma ignorância", afirma Raimundo Nonato do Nascimento, vizinho da sede da Funai. Em seguida, acrescenta que conhece "índios que trabalham", reproduzindo o discurso da "preguiça", que estigmatiza os indígenas.

Em terra tenharim, o clamor é por investigação policial

Um dos únicos a não fazer nenhum senão em relação aos indígenas foi o taxista que levou a reportagem à Terra Indígena Tenharim Marmelos. "Estão no direito deles", repetiu várias vezes durante o percurso. Ali, a Pública foi recebida por um grupo de 20 indígenas, na manhã da quinta-feira, dia 3 de janeiro.

Ao ouvirem do repórter as declarações de Seu Tônico, de que não aceitará mais indígenas em seu hotel, os Tenharim ficaram em silêncio. Com os olhares fixos, chocados. Aquele era o lugar onde eles ficavam em Humaitá. Não disfarçaram a decepção e não souberam o que dizer. Mas falaram sobre os desaparecimentos, negando qualquer responsabilidade.

Mais do que isso: "Por que a Polícia Federal não abre outras linhas de investigação?",

CONT.



perguntava o cacique Ivanildo Tenharim. Ao contrário dos moradores de Humaitá, que os acusam sem exigir provas, eles querem uma apuração mais ampla dos desaparecimentos. "A PF está focada na aldeia e não mexe com os principais", dizem. "Com certeza quem fez isso está achando graça".

Até o momento, nem imprensa nem a polícia aventam a possibilidade de outra linha de investigação. E os Tenharim apresentam outras hipóteses que mereceriam a atenção dos investigadores. Falam de homens suspeitos que utilizam a Rodovia do Estanho, que liga a Transamazônica a Machadinho D'Oeste, em Rondônia, e segue para o Mato Grosso. A rodovia começa logo após a Terra Indígena, no quilômetro 150 - muito perto de onde policiais localizaram um carro queimado que acreditam ser dos desaparecidos. "É uma via de concentração de fugitivos", afirmam. Eles contam que esses homens teriam uma base em Santo Antônio do Matupi, no distrito de Manicoré, mais conhecido como "180" - já que fica nesse quilômetro da Transamazônica. Eles e muitas pessoas em Humaitá chamam o "180" de "vila dos sem-lei". É a terra de madeireiros, dos pecuaristas, símbolo da fronteira agropecuária do sul do Amazonas.

Os Tenharim também reivindicam segurança na reserva; segurança para os indígenas que residem em Humaitá; segurança para quem vai temporariamente para a cidade; um Grupo de Trabalho que aja para solucionar o problema. Doze servidores precisam voltar ao trabalho - entre eles o próprio Ivanildo, coordenador de Educação Escolar Indígena de Humaitá. "Estamos preocupados com o trabalho, não com o emprego", diz ele. "Temos prazos que podemos perder".

Zelito Tenharim, funcionário da Funai, reivindica a liberação de recursos para que a Coordenação Regional do Madeira - cuja sede foi destruída no Natal - volte a funcionar. Ele exige a segurança dos funcionários públicos e dos indígenas. "Que priorizem esta situação que estamos passando".

Também há pessoas em tratamento que precisam ir ao médico todo mês. Caso dos hipertensos, como a mãe de Domá Tenharim. "Não tem ninguém para medir a pressão dela", diz ele. Os indígenas estão usando medicamentos tradicionais, "mas o efeito é muito lento". Mesmo antes dos atentados aos prédios faltavam medicamentos, principalmente de média e alta complexidade. Por isso, em relação aos casos mais complexos, os Tenharim já resolveram: querem ser atendidos apenas em Porto Velho.

O cacique Aurélio Tenharim faz questão de assinalar que não é por medo que estão deixando de ir a Humaitá. "Estamos dando um tempo. A gente não quer confronto nem tragédia". Por isso eles pedem que os órgãos que trabalham com a população indígena atendam na aldeia.

Segurança: Força Nacional deve permanecer por mais 90 dias no Sul do Amazonas

Pedágio ou compensação ambiental?

Ivanildo conta que a Secretaria Especial de Saúde Indígena fez um levantamento, antes da destruição de sua sede, e constatou que há muita desnutrição, entre crianças e idosos. No dia

CONT.



da visita da reportagem à aldeia as crianças comiam milho e mandioca. Dias depois Aurélio disse que já tinha acabado a carne de caça e pesca.

Das 14 escolas, só duas são de alvenaria. Três são de madeira. O resto funciona em casas, cedidas pela comunidade. Estudante de Pedagogia na Universidade Federal do Amazonas, Ivanildo quer a produção de material didático específico. Mas são necessários técnicos. "Hoje os indígenas que têm escolaridade conseguem por esforço individual, não por apoio do governo".

Diante desse quadro de abandono, os indígenas tomam suas próprias providências como a cobrança do "pedágio", que consideram um termo inadequado. "Para nós é cobrança de compensação pelo usufruto da TI Tenharim", define o cacique Aurélio Tenharim. Ele diz que a cobrança, distribuída por todas as famílias, não veio para enriquecê-los, mas para mitigar os problemas trazidos pela Transamazônica: "Ela trouxe matança, doença, prostituição, escravos, invasão; é um imposto ambiental e social".

Segundo ele, um levantamento do impacto social desde a abertura da rodovia foi feito e entregue pelos Tenharim ao Ministério Público Federal no Amazonas e à Funai. "Está documentado que isso foi analisado e proposto para o governo. Não tivemos resposta", conta.

Os Tenharim já anunciaram que vão reconstruir os postos e recomeçar as cobranças em fevereiro. Enquanto isso, em Humaitá, o comerciante Fernando Pereira de Maria afirma que se o governo não tirar o pedágio vai ter de manter policiamento. "Senão vai ter enfrentamento", afirma. Fernando é dono do restaurante Na Brasa, na avenida Transamazônica, um dos únicos da cidade. Como tal, acaba reunindo personagens centrais dos conflitos em Humaitá. Por ali costumavam comer Luciano, Aldeney e Stef, os três desaparecidos. E também o cacique Ivan Tenharim.

Dando nomes aos bois

Os Tenharim dão nomes aos que incitaram a violência em Humaitá. Comerciantes, madeireiros, políticos. Entre eles Adimilson Nogueira (DEM), prefeito de Apuí, o vice-prefeito de Humaitá, Herivânio Freitas (PTN), e três vereadores de Humaitá, Manicoré e Apuí. Entre os empresários, mencionam donos de supermercado e donos de hotéis. No caso do 180, a "vila dos sem-lei", os Tenharim apontam Eduardo Gervásio, líder dos produtores rurais. "Ele chamou a população do 180 para invadir a aldeia", denunciam. "O pessoal já vinha anunciando há dois dias que ia queimar", conta Zelito Tenharim. De imediato a gente ligou para a presidência (da Funai). Mas a proteção demorou muito. Pensamos: será que isso vai acontecer mesmo? E deu no que deu".

Zelito e Aurélio Tenharim contam detalhes sobre a ligação para o ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência, e sobre conversa telefônica naquele dia 27 de dezembro, com a participação do ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, e da presidente interina da Funai, Maria Augusta Assirati. "Todos eles ouviram o cacique Léo dizer: 'Se as autoridades não se posicionarem, vai haver derramamento de sangue'".

CONT.



A primeira a ser contatada, naquele dia, foi a Secretaria Especial de Direitos Humanos, que funciona durante 24 horas. Os manifestantes, vindos de Santo Antônio do Matupi e de Apuí, chegaram às 10 horas do dia 27. "As casas pegavam fogo e o povo gritava na estrada", relatam. Os guerreiros receberam a seguinte instrução: "Não atirem enquanto eles não atirarem". Ninguém atirou.

Os indígenas observam que são chamados de bandidos e sequestradores pelos brancos de Humaitá, "mas em nenhum momento, mesmo eles invadindo patrimônio público utilizado pelos indígenas, a gente revidou". E destacam: "Apenas ficamos na aldeia. Porque a gente tem controle da comunidade".

As fotos reunidas pelos Tenharim da destruição da sede da Funai mostram pessoas mascaradas, ou com o rosto coberto por capacetes. Segundo os indígenas, são principalmente jagunços, contratados pelos comerciantes e fazendeiros. Também dizem que os donos de supermercado deram R\$ 1.000 para cada um dos homens que lideraram os incêndios em Humaitá. "Eles que fizeram aquele estrago na Funai, no Sesai, no barco e aqui na estrada", afirmam. "O resto da população ficava assistindo, fazendo número".

Aurélio Tenharim é incisivo a respeito: "Foram contratados. Não é uma versão, são fatos". Eles dizem que ficaram sabendo do pagamento aos jagunços por uma pessoa que foi chamada para fazer o serviço e se recusou. "Quase foi linchado por isso", contam os Tenharim. "E o pessoal que gosta de indígenas contou que viram arrecadar".

Um nome desponta como um dos mais mencionados entre os que incitaram a violência: o empresário conhecido como Neguinho dos Cachorros, dono de açougue e dono da Agroboi. A reportagem o procurou na Agroboi, em Santo Antônio do Matupi, mas ele não estava.

Na cidade, a versão é a de que não havia ninguém de fora durante os incêndios, que eram pessoas de Humaitá, conhecidas. Os Tenharim também apontam um segurança de banco entre os agressores. Uma foto mostra esse homem sendo imobilizado pela polícia. A Polícia Federal também investiga os líderes da rebelião. Ao contrário da investigação sobre os desaparecimentos, ela está sendo feita em silêncio. Até agora não chegou aos jornais.

Macondo é aqui

Em meio a fatos concretos, como o pedágio, e o desaparecimento de três pessoas, Humaitá virou uma espécie de Macondo, em meio ao milagre da multiplicação de boatos. A cidade imaginária do colombiano Gabriel García Márquez move-se a partir do fatalismo.

Como ninguém aventa a possibilidade de que não tenham sido os indígenas os responsáveis pelos três desaparecimentos, eles são retratados como vilões. E os moradores repetem as mesmas frases, as mesmas histórias sobre eles. Que andam de Hilux. Que são ricos. Que não pegam fila de banco nem de hospital. Que queimam todos os corpos das pessoas que matam.

O boato mais popular era o dos pajés. Que um pajé tinha informado que um carro preto atropelara Ivan Tenharim. E por isso os Tenharim tinham matado as pessoas do primeiro carro

CONT.



preto que viram. O repórter comenta com a advogada Altanira Ulchoa, amiga dos parentes dos desaparecidos, que não há pajés entre eles. Ela retruca: "Têm pajés, sim. O Seu Ramos disse que tem pajé lá e que se chama Saddam". Ela fala com ênfase, arregalando os olhos. E não está brincando: realmente acredita que haveria um pajé chamado Saddam.

Aos boatos se soma a desinformação. E um sentimento de inveja em relação ao que seriam "privilégios" e "regalias" dos indígenas. As duas palavras são muito citadas. Na saída de um cartório, um ex-advogado da prefeitura fez questão de falar das tais regalias: "usam brinquinhos, caminhonetes". "Se misturaram muito". Outro morador criticou o uso de piercing. Uma crítica muito recorrente é ao fato de eles dizerem, segundo os brancos, que "são federais". Ou seja, que só a Polícia Federal poderia prendê-los.

Os Tenharim respondem com um misto de indignação e sarcasmo a algumas das acusações. "Onde é que tem um Hilux?", perguntava Aurélio Tenharim na sexta-feira, 3 de janeiro. Ele teve uma Saveiro queimada. "Os índios que possuem carro têm porque trabalham com eles. Um dos Tenharim mostrou a casa sem cobertura. "Não tenho dinheiro para comprar um Eternit, imagina Hilux", disse Moisés Tenharim.

Em setembro, o procurador Julio José Araujo Junior, do Ministério Público Federal, informava sobre as "péssimas condições de conservação" da Casa de Saúde Indígena, "oferecendo riscos de contaminação e desconforto aos pacientes em tratamento", sendo urgente nova estrutura de acomodação "para garantir condições dignas de internação e eficiência nos tratamentos". O mesmo Ministério Público proibiu, após o Natal, a veiculação de conteúdo racista nos sites e blogs da região. Eles se tornaram uma central de boatos - e de propagação do ódio contra indígenas. No limite da incitação à violência.

Na sede da rádio comunitária, a FM 104, comandada pelo madeireiro Nelson Vanazzi, a Polícia Federal entrou e inquiriu o locutor. Para a indignação de Vanazzi, que acusou os policiais de truculência.

Aumenta conflito entre brancos e índios Tenharim no sul do Amazonas

SÍTIO PORTAL DE ANGOLA, 14.01.2014



Um conflito entre brancos e índios, na localidade de Humaitá, no sul do Estado do Amazonas, poderá ganhar intensidade nos próximos dias.

Alegando que não têm meios para sobreviver e que o governo federal não envia representantes para conversar com as etnias locais, os índios Tenharim instituíram a cobrança de pedágio junto à Rodovia Transamazônica. A reação dos brancos foi imediata, e alguns grupos promoveram no dia 26 de dezembro a destruição de vários postos de atendimento oficial aos indígenas.

Os conflitos se seguiram ao desaparecimento de três pessoas brancas em 16 de dezembro. Em razão das buscas pelos desaparecidos, os índios resolveram dar uma trégua na cobrança do pedágio. Porém, na semana passada, os índios Tenharim prometeram voltar a cobrar a tarifa para a passagem de veículos e marcaram a data: 1º de fevereiro. Segundo os indígenas, a cobrança será feita apesar das ameaças que estão recebendo de sofrer novos ataques.

A decisão dos índios foi anunciada na segunda-feira, 6 de janeiro, numa reunião na aldeia dos Tenharim que contou com a presença de lideranças indígenas e de dois generais do Exército, o Comandante da 17ª Brigada de Porto Velho, Ubiratan Poty, e o Comandante Militar da Amazônia, Eduardo Villas Bôas. Este último chegou a pedir aos índios o fim da cobrança do pedágio, visando a pacificar a região de Humaitá.

CONT.



Além de terem se negado a atender ao apelo do General Eduardo Villas Bôas, os caciques Tenharim prometeram estourar as pontes e isolar a reserva caso haja novo ataque dos brancos. Eles disseram, inclusive, saber que o novo ataque poderá acontecer nesta terça-feira, 14 de janeiro.

Em nome da tribo, o Cacique Aurélio Tenharim disse que o pedágio vai continuar, independentemente dos protestos de algumas pessoas, e confirmou que a cobrança só foi interrompida para não atrapalhar os trabalhos da força-tarefa que está em busca dos desaparecidos. Segundo Aurélio, o pedágio é uma compensação pela construção da Rodovia Transamazônica na terra indígena, operação que teria causado a morte de muitos índios. Ele disse que a tribo esperou quatro anos para negociar, e nenhum governo apareceu.

Além dos Generais Eduardo Villas Bôas e Ubiratan Poty, participaram da reunião com os índios representantes do Ministério Público Estadual do Amazonas, dos comandos da Força Nacional de Segurança e da Polícia Rodoviária Federal.

Os índios mantêm a argumentação de que o pedágio é a principal fonte de renda das aldeias, e por isso vai continuar. Um outro cacique, Zelito Tenharim, disse que o Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente não permite aos índios caçar, plantar nem cortar madeira para fazer as suas peças de artesanato. Sem meios para assegurar a sobrevivência, os Tenharim decidiram instituir a cobrança do pedágio.

Os caciques das etnias Tenharim e Jiajoy prometeram colaborar com as investigações sobre o desaparecimento dos três homens brancos, no dia 16 de dezembro, no trecho da Transamazônica que corta a reserva. O episódio causou uma onda de revolta em Humaitá, no dia de Natal, em que uma multidão destruiu a sede da Fundação Nacional do Índio (Funai) e outras bases indígenas na cidade. As famílias acusam os índios, que permanecem isolados na reserva, mas os indígenas negam. Em documento entregue aos militares, os oito líderes pediram a segurança do Exército nos limites da reserva e também para os índios que estudam e trabalham na cidade.

Os índios pediram ainda um plano emergencial para atendimento em saúde, além de suprimentos de alimentos. Eles também querem que o governo marque, com a maior urgência, uma reunião em Brasília para discutir todos estes assuntos.

A Transamazônica, Rodovia BR 230 e pivô da reclamação dos índios Tenharim, é uma estrada projetada durante o mandato do Presidente Emílio Garrastazu Médici, entre os anos de 1969 e 1974. Inaugurada em 27 de agosto de 1972, tem 4.223 quilômetros de extensão, desde Cabedelo, na Paraíba, até a cidade de Lábrea, no Estado do Amazonas. O trajeto da Transamazônica passa por sete Estados: Paraíba, Ceará, Piauí, Maranhão, Tocantins, Pará e Amazonas. Em grande parte deste trajeto, principalmente no Pará e no Amazonas, a estrada ainda não é asfaltada. (ruvr.ru)

Arnaldo Risemberg

Urgente! TI Awá em desintrusão e TI Alto Turiacu, do Povo Ka'apor, invadida e sitiada por madeireiros, no Maranhão

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.01.2014



Associação Indígena KAAPORTARUPI

As cenas de violência continuam fazendo parte da vida do povo Ka'apor e sendo um pesadelo constante, fato agravado a partir do ano de 2013. Mesmo a despeito de dificuldades, este ano foi marcado pela união das várias aldeias do território em defesa da floresta, da identidade e da vida. Em decorrência dessa tomada de consciência e atitude por parte dos Ka'apor, houve uma série de ameaças, agressões e mortes impetradas por forças contrárias à autogestão dos indígenas.

Ainda no primeiro semestre aconteceram duas operações com participação do Exército, IBAMA e FUNAI que expuseram ainda mais os indígenas à insegurança e à violência, pois, após a saída da área do efetivo dessas instituições, em julho de 2013, o povo indígena assistiu, no final de agosto, à invasão violenta da antiga aldeia Gurupiúna, com a entrada de 50 pessoas armadas e incitadas por grandes madeireiros e donos de serrarias dos municípios de Centro Novo do Maranhão, Centro do Guilherme e Maranhãozinho. A ação violenta foi marcada por agressão, espancamento de idosos e crianças, roubo de criações, roupas e documentos dos indígenas o que ocasionou um clima de insegurança e medo nas aldeias vizinhas, com perseguições e ameaças de morte às lideranças.

Em setembro, os indígenas da aldeia Ximborenda detiveram 6 invasores durante três dias, flagrados derrubando árvores seculares no interior do território às proximidades da aldeia, posteriormente liberados por servidores da Funai.

No início de outubro de 2013, depois de iniciadas as atividades de vigilância, monitoramento

CONT.



territorial com a identificação e reavivamento dos limites, lideranças indígenas foram surpreendidas por um grupo de madeireiros armados dentro do território, à margem direita do Rio Gurupiúna. Os indígenas tiveram que se refugiar na mata após ameaças de tiros e agressões. Com a chegada de indígenas de outras regiões, os madeireiros foram desarmados e expulsos da área. Com isso, intensificaram a fiscalização em seu território no mês de novembro, o que culminou na apreensão de armas e motocicletas, na apreensão de tratores e caminhões utilizados na destruição da floresta e na expulsão de madeireiros que realizavam corte de árvores, transporte e comercialização de madeira em serrarias da região noroeste do Maranhão.

Antes do Natal, um grupo de indígenas, que realizava a identificação e reavivamento dos limites, prenderam por três dias um madeireiro influente da região, que realizava corte ilegal de madeira, que, posteriormente, foi solto pelo delegado e servidores da Funai no município de Santa Luzia do Paruá. Também apreenderam armas, tratores e caminhões no limite noroeste de seu território no Rio Gurupi, às proximidades da divisa com o Pará. Essas sucessivas agressões têm interferido diretamente na dinâmica cultural do povo.

Em 2014, o ano se inicia com a desintrusão da TI Awá do povo indígena Awá-Guajá, em região limítrofe à TI Alto Turiaçu. A boa notícia para o povo indígena parente não teve a mesma correspondência para os Ka'apor, pois, em 07 de janeiro, um grupo de 10 Ka'apor, que realizava abertura de trilhas nos limites de seu território, para a autovigilância, foi surpreendido com tiros que atingiram as costas e pernas de 2 jovens Ka'apor e a cabeça do cacique da aldeia. Os jovens foram hospitalizados às pressas no município de Zé Doca (MA) e o cacique permaneceu na aldeia, por sorte; não correram risco de morte, pois receberam a devida atenção de profissionais de saúde que atuam junto aos indígenas. O madeireiro "Maradona", que comandou a ação violenta, encontra-se foragido.

Diante das ameaças de fazendeiros e madeireiros, e o envolvimento de policiais militares com a "segurança privada" ligada aos agressores, os indígenas ficam receosos de registrar boletins de ocorrência em delegacias da região, além de ficarem temerosos de circular em vilas, povoados e cidades da região em razão das contínuas agressões à sua integridade física e à sua identidade, pois são povos da floresta. Lideranças são permanentemente seguidas e monitoradas por madeireiros na região. A convivência e envolvimento de prefeitos, vereadores, servidores e demais agentes públicos com a exploração madeireira tornam esses agressores reincidentes, imperando o descaso e a impunidade, o que somente confirma a falta de lei e rei no território maranhense, fato lamentável em razão da sofrida luta dos povos indígenas e das populações empobrecidas desse Estado.

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Jsm Andrade.

MA – Caciques e lideranças da Coapima e COIAB entregam ofício de reivindicações à Comissão de Direitos Humanos do Senado

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.01.2014

REGEAMA/COAPIMA



Caciques e lideranças do Movimento Indígena do Maranhão (COAPIMA E COIAB) entregaram ontem, 13 de janeiro, um documento à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, que estava em São Luís, solicitando providências urgentes contra as violações de direitos humanos vivenciadas pelos povos indígenas, com destaque para a saúde e educação.

Os Indígenas (Krikati, Gavião, Guajajara e Canela) foram à Casa Civil do Governo estadual do Maranhão e relataram para a secretária

estadual da SEIR, mais uma vez, as graves situações em que se encontram os serviços públicos de responsabilidade da gestão estadual e solicitaram uma reunião com o Secretário João Abreu, mas não foram atendidos pelo Chefe da Casa Civil. Os indígenas protocolaram um ofício reafirmando as solicitações de providências – MA 280 (não cumprimento da maioria das ações da compensação ambiental), além do não cumprimento do TAC da Educação Indígena. O mesmo documento será encaminhado para as demais autoridades federais.

Veja cópia dos dois ofícios, abaixo, e leia mais a respeito em:

- Regeama denuncia possível invasão de T.I. Krikati por forças de segurança, e Copiama divulga pedido de reunião urgente com autoridades (<http://racismoambiental.net.br/2014/01/regeama-denuncia-possivel-invasao-de-t-i-krikati-por-forcas-de-seguranca-e-copiama-divulga-pedido-de-reuniao-urgente-com-autoridades/>)
- Carta Aberta dos Povos Indígenas do Maranhão (<http://racismoambiental.net.br/2014/01/carta-aberta-dos-povos-indigenas-do-maranhao/>)

CONT.



COAPIMA

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E ARTICULAÇÕES DOS
POVOS INDÍGENAS DO MARANHÃO – COAPIMA
Cels (99) 8414 - 0577 ou (98) 8482 – 2202

Montes Altos, 12 de janeiro de 2014

OFÍCIO Nº 001/COAPIMA

SOLICITAÇÃO DE REUNIÃO URGENTE / COAPIMA

Exma. Sra. Roseana Sarney/Governadora do Estado do Maranhão
Exmo. Sr. Eduardo Cardozo/Ministro da Justiça
Exmo. Sr. Alexandre Padilha/Ministro da Saúde
Exma. Sra. Maria do Rosário/Ministra da Secretaria de Direitos Humanos da
Presidência da República
Exmo. Sr. Aloizio Mercadante/Ministro da Educação
Exmo. Dr. Joaquim Barbosa, Presidente do Conselho Nacional de Justiça
Exmo. Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros/Procurador-Geral da República
Exma. Senadora Ana Rita, Presidente da Comissão de Direitos Humanos do
Senado Federal,
Exma. Dra. Regina Lúcia Almeida/Procuradora Geral de Justiça/MPE/Maranhão,
e representantes da Coordenação do GT de Educação
Indígena/REGEAMA/CEDDH

Solicitamos urgentemente uma reunião na Aldeia Nova Jerusalem, na Terra Indígena Krikati (MA 280), Sítio Novo/MA para discutir e acertar os encaminhamentos concretos que estão detalhados e que estamos reclamando na CARTA ABERTA DOS POVOS INDÍGENAS DO MARANHÃO, e incluímos ainda a pauta do TAC DA EDUCAÇÃO INDÍGENA (MPF) anexo.

Ficaremos aguardando o agendamento urgente e solicitamos a presença nessa reunião de um representante do Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, FUNAI, MPF, MPE, DPU, GOVERNO ESTADUAL (senhores Secretários João Abreu/Casa Civil, Luís Fernando/Infra-Estrutura e Pedro Fernandes/Educação, Claudeth Ribeiro/SEIR), CEDDH e REGEAMA/CONSEA/CONSEMA.

Atenciosamente,

ANTONIO FILHO GUAJAJARA NETO
Vice-Coordenador da COAPIMA

CONT.



COAPIMA

**COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E ARTICULAÇÕES DOS
POVOS INDÍGENAS DO MARANHÃO – COAPIMA**

Cels (99) 8414 - 0577 ou (98) 8482 – 2202

Montes Altos, 13 de janeiro de 2014

OFÍCIO Nº 002/COAPIMA

Excelentíssimo Senador José Samey, vimos por meio do presente SOLICITAR urgentemente a vossa atenção para que cobre do Ministro da Saúde (Dr. Alexandre Padilha) a exonerado do Sr. Licínio Bretes Carmona (e seus assessores diretos) da função de Coordenador do Distrito Sanitário de Saúde Indígena do Maranhão (DSEI), pois a má gestão da atual direção do DSEI-MA e o as dificuldades para o controle social vem causado graves problemas para os Povos Indígenas Maranhenses, conforme relatos na CARTA anexo da COAPIMA (quanto do período do ocupação do prédio do DSEI em São Luís/MA, no mês de junho de 2013).

E diante da continuação dos desmandos na gestão da saúde indígena em nosso Estado, o Movimento Indígena do Maranhão como apoio de representantes dos Povos Indígenas Krikati, Guajajara, Canela, Ramkokamekrá, Gavião, Awa-Guajá, Kreny, Krepym Catij e Ka'poor estamos reunidos desde o dia 05 de janeiro do corrente ano, na Terra Indígena Krikati, na Aldeia São José, município de Montes Altos/MA, onde já foram derrubadas 5 torres da Eletronorte, e com o fechamento da MA 280, entre os municípios de Montes Altos e Sítio Novo/MA.

Diante do exposto esperamos o atendimento na defesa dos direitos humanos dos Povos Indígenas do estado do Maranhão.

Atenciosamente,

ANTONIO FILHO GUAJAJARA NETO
Vice-Coordenador da COAPIMA

Apartados – Investigação jornalística detalha preconceito contra os Guaraní no Mato Grosso do Sul

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.01.2014



Repórter Brasil

O preconceito contra indígenas Guaranis-Kaiowás no Mato Grosso do Sul é tema de investigação jornalística desenvolvida por Glenda Almeida e Nilbberth Silva com financiamento do Prêmio Jovem Jornalista Fernando Pacheco Jordão, do Instituto Vladimir Herzog. Diferentes casos de bullying e racismo foram detalhados nas reportagens do projeto Apartados.

Confira o resultado da investigação jornalística utilizando os links abaixo para navegar:

- Escola hostil
- Guaranis não são bem-vindos
- A difícil trajetória dos professores indígenas
- A cidade e seus índios
- Exclusão silenciosa



Boletim de Notícias - Edição nº 06./ 2014

Brasília, 14 de janeiro de 2014.

-
- A luta de uma família desaldeiada
 - "Aqui não tem preconceito contra índios"
 - Outros Olhares
 - Bullying: uma forma sutil de expulsar
 - Um Brasil de décadas atrás
 - Créditos

-

Enviada para Combate Racismo Ambiental por José Carlos.

"Matar um índio para pegar uma índia", por Alceu Castilho (2) – Ótima!
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.01.2014



Augustinho Tenharim, sobrevivente do massacre durante a abertura da Transamazônica. Foto: Alceu Castilho

Violência contra os indígenas é antiga como a grilagem de terras; indígenas cobram compensação por danos e mortes causados desde a abertura da Transamazônica

Pública – A história do conflito em Humaitá é também a história da BR-130, a Rodovia Transamazônica. A rodovia rasgou a cidade – e também o território ocupado pelos indígenas. Com 4.223 quilômetros, ela foi inaugurada em 1972 pelo ditador Emílio Garrastazu Médici. Agora os Tenharim querem contar com detalhes essa história, como disseram à reportagem da Pública, recebida por eles no dia 3 de janeiro.

Em Humaitá, os brancos também conhecem o enredo, mas preferem falar em off sobre a violência cometida naquele tempo. "Quem veio para cá foram homens", conta um dos entrevistados. "Aí quem queria pegar uma mulher tinha de matar um índio e pegar uma índia".

Em sua língua, Augustinho Tenharim conta mais do que isso, traduzido pelos irmãos Zelito e Aurélio Tenharim: "Houve matança. De 10 mil Tenharim sobraram pouco mais de 200. Alguns trabalharam como escravos, para ajudar a construir a estrada. O pagamento era em alimentos. Os servidores levavam as índias e devolviam após 15 dias, 20 dias, um mês. Para mim é a segunda vez que está acontecendo algo desse tipo", diz, referindo-se à hostilidade enfrentada por eles desde o desaparecimento dos três brancos na região no dia 16 de dezembro. "Um momento muito crítico. Temo pelos netos, pelos parentes. Achei que nunca mais ia acontecer", lamenta o ancião.

CONT.



O histórico é importante para justificar a cobrança de compensação, decidida por eles em assembleia, e definida pelos brancos como pedágio. “A vida nunca vai ser paga, foi quase uma extinção”, diz o cacique Aurélio Tenharim. Outro ponto destacado por eles é o fato de que, ao longo da Transamazônica, a floresta amazônica só está totalmente preservada – o que é visível – na Terra Indígena. “O governo nunca teve política pública para o desenvolvimento dos povos indígenas. Nós somos os protetores da Amazônia”, sublinha Aurélio.

O antropólogo Edmundo Peggion, professor da Universidade Estadual Paulista (Unesp) em Araraquara, estudou os Tenharim no mestrado e doutorado. “Não há exagero no relato dos Tenharim”, ele diz, ao se referir ao massacre na abertura da Transamazônica. Esse massacre foi também lembrado publicamente por Aurélio Tenharim em debate no dia 7 de janeiro com o comandante militar da Amazônia, general Eduardo Villas Bôas. O antropólogo confirma que a população original, de 10 mil pessoas, foi dizimada. Chegou a pouco mais de cem pessoas na época da abertura da Transamazônica – onde, de fato, os Tenharim trabalharam. Nos anos 80 eram 180 membros da etnia. Quando ele fez mestrado, de 1993 a 1996, eram 300.

Foi Peggion o responsável pela delimitação do atual território indígena, em 2002, quando houve um esforço para demarcação contínua. Ele agora é uma das poucas vozes, além dos indígenas, que os defendem dos boatos e das acusações precipitadas. Para o professor, não foram os Tenharim os responsáveis pelo desaparecimento dos três homens. “Eles diriam”, afirma. “Somos guerreiros, assumimos o que fazemos e não temos nada a ver com esse desaparecimento”, escrevia Angelisson Tenharim no dia 27 de dezembro, por mensagem, do quartel onde estava confinado, em Humaitá.

O antropólogo também rebate o argumento dos que afirmam que os Tenharim seriam “aculturados”. “Eles têm uma auto-estima muito elevada”, explica. “Eles têm ritual tradicional e são quase 100% bilíngues. Conversam em português, viram e falam com os parentes na língua deles. Dado tudo o que eles sofreram, para hoje, estão numa situação estável, do ponto de vista populacional e cultural”.

Tomado de surpresa pelos acontecimentos, Peggion está apreensivo. Ele vê na reação de desdém e hostilidade das pessoas da região o velho paradoxo que marca a relação entre indígenas e brancos: “ou são selvagens, quando são acusados de vingança, ou são aculturados, nem índios são”. Neste último caso, diz o professor, fica implícita a pressão para que sejam liberadas as terras indígenas.

Em Humaitá, a origem indígena se apaga

O Censo 2010 apontou 44.227 pessoas em Humaitá – 883 na Terra Indígena Tenharim Marmelos e apenas 22 pessoas na Terra Indígena Tenharim do Igarapé Preto. A maioria da população se define como parda: 30.340 (68,6%), embora seja evidente a origem indígena. Apenas 1.588 pessoas se definem como indígenas. Nenhuma delas mora em domicílio com renda superior a dez salários mínimos.

O município nasceu e cresceu em torno do Rio Madeira, um dos mais imponentes afluentes do Amazonas. Com 3.240 quilômetros, o rio tem esse nome por ser muito rápido – levando árvores e troncos em sua passagem. A igreja matriz, ladeada pela Câmara e pela Prefeitura,

CONT.



está de frente para o Rio Madeira, bem como a imagem da padroeira, a Imaculada Conceição. A própria Transamazônica, que vai no sentido de Apuí, só é acessível de balsa, atravessando o rio.

A orla da cidade foi reformada e parcialmente entregue em junho de 2012. Ao lado da imagem da santa há um marco, com os nomes da presidente Dilma Rousseff e do governador Omar Aziz. A cidade funciona, em parte, em função dos pescadores e garimpeiros, em parte do funcionalismo público e de micro-empresendimentos. É impressionante a quantidade de pequenos bares e mercearias. Sem indústrias, são poucas as opções de emprego. O principal meio de transporte urbano é a moto. Diante das blitzes constantes da polícia, desde o fim do ano, o movimento de carros e motos diminuiu.

Não há bairro de ricos em Humaitá. Segundo o IBGE, 616 famílias ganham até meio salário mínimo; outras 2.136, até um salário mínimo e 2.599, até dois salários mínimos. Os mais endinheirados – 283 domicílios têm renda superior a dez salários mínimos – convivem com os mais pobres, em uma cidade sem rede de esgoto. Eles gastam dinheiro em Porto Velho, a 205 quilômetros dali, e Manaus, a 675 quilômetros – ou nos sítios e fazendas. E não têm medo de andar com pulseiras ou colares de ouro pelas ruas, embora a coisa mude de figura em Porto Velho. No caminho para lá a Pública ouviu da mulher de um militar que queria vender 100 gramas de ouro, reconhecendo que se tratava de atividade clandestina. “Os guardas da Vila Militar são muito chatos”, reclamou.

A presença dos militares é importante e foi decisiva na batalha dos moradores contra os indígenas, ao protegerem os Tenharim da violência. A rodovia para Porto Velho, por exemplo, para onde se vai por ônibus ou táxi-lotação, tem o asfalto mantido pelos próprios militares. Há quem diga que, sem o 54º Batalhão de Infantaria da Selva, o 54º BIS, conflitos como o do fim de ano já teriam ocorrido há muito tempo.

Somente em 2012 a Cooperativa de Garimpeiros da Amazônia teve legalizada a venda de ouro que vem dos Andes através dos rios que desembocam no Madeira. Os indígenas não têm permissão para praticar atividades extrativistas. Mas o atual conflito em Humaitá tem mais a ver com outras faces econômicas da cidade: os pecuaristas e os madeireiros, apoiados pelos comerciantes, muitos também fazendeiros.

Não foi a primeira vez que Humaitá assistiu a uma insurreição. A cidade já teve um quebra-quebra, em 1991, sem nenhuma relação com o ódio aos índios. Um prefeito denunciara um esquema de corrupção. Deu nome aos bois. Ficou isolado. Na sua casa, queimaram um carro, recorda-se o madeireiro Nelson Vanazzi. “As pessoas perderam a cabeça, que nem desta vez”. A prefeitura foi invadida. “Queimaram um pouco, mas acho que não foram os populares. Acho que foi para esconder papel”, ri.

Política e negócios: a receita da elite

Os negócios e a política caminham juntos em Humaitá: é comum os mais endinheirados partirem para essa atividade complementar. O prefeito reeleito de Humaitá, Dedei Lôbo (PMDB), é pecuarista e possui gado – como sabem todos na cidade. Mas não declarou nenhum bem rural à Justiça Eleitoral. Nem em 2008, quando se apresentou como professor de ensino

CONT.



médio, com um total de R\$ 77 mil em bens, nem em 2012, quando já reunia R\$ 561 mil. Um enriquecimento de 729%. A Pública tentou insistentemente entrevistá-lo, sem sucesso.

Já o prefeito de Apuí, Adimilson Nogueira (DEM), mencionado pelos Tenharim como um dos que incitaram a violência em Humaitá, declarou quatro lotes rurais em 2012, por R\$ 200 mil, e 40 cabeças de gado. Total de bens: R\$ 400 mil. Em 2008 ele tinha R\$ 131 mil. Já possuía os lotes e 19 reses. Os indígenas também citaram o vereador Irmão Dirlan (DEM), dono de um sítio, como um dos que lideraram a violência em Humaitá. Vários políticos foram procurados em suas casas, na virada do ano, e não estavam. Alguns estavam “no sítio”.

O advogado dos parentes dos desaparecidos, Carlos Terrinha, foi candidato à reeleição para vereador em 2012, pelo PDT. Não conseguiu. Ele também é advogado de madeireiros.

Aurélino Tenharim diz que não conhece um político, na região, que defenda indígenas e conta que, desde o fim do ano, recebeu apenas dois telefonemas de deputados: o estadual Sidney Leite (Pros-AM) e o federal Padre Ton (PT-RO), coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas. O resto só se manifestou por assessorias.

Os indígenas são críticos do atual governo. “O mandato de Dilma é o que mais massacrou os indígenas desde a ditadura”, afirma Amarildo Tenharim. “O indígena não pode mais fazer manifestação que ela manda a Força Nacional. A PF mata índio. A autonomia na saúde foi retirada. Tudo foi no mandato dela. Ela não tem diálogo com as organizações indígenas. Os ruralistas foram recebidos com 20 dias de mandato. Nós, não”, acusa.

Na opinião do cacique, os políticos veem os indígenas como empecilho para o desenvolvimento do país. Amarildo cita a PEC 215, em debate no Congresso, que dá aos parlamentares, incluindo a famigerada bancada ruralista, a responsabilidade pela demarcação de novas terras indígenas. “A Constituição é para todos”, diz.

“Dizem que temos privilégios, mas praticamente só temos dois artigos na Constituição. E a bancada ruralista quer derrubar o artigo 232”. Esse artigo reconhece os índios, suas comunidades e organizações como partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses.

Em Humaitá, o ex-vereador Cição – aquele que deu entrevista ao lado do Seu Tônico, do hotel – tem uma propriedade rural “de 195 hectares”. Ele foi vereador entre 1997 e 2000. Desistiu. “Quem não compra votos não se elege”, diz. O sítio fica no distrito de Santo Antônio do Matupi, que pertence a Maniporé, mas ligado estreitamente a Humaitá. Ali, no km 180 da Transamazônica, ele cria gado, planta macaxeira, onde originalmente havia um assentamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), para lotes de até 60 hectares.

Ciçõ defende a bancada ruralista, e diz que são os fazendeiros que alimentam o país. “O Brasil tem somente 900 mil índios. Eles estão humilhando todos os brasileiros. Não podem ficar aí, selvagens”. Os Tenharim o apontam como um dos manifestantes incendiários de Humaitá, e como um dos difusores do preconceito contra indígenas no município. Ciçõ avisa: “Se matar um branco, vai ter revanche”.

CONT.



Um terço do território grilado

O relatório da CPI da Ocupação das Terras Públicas na Amazônia, em 2001, conhecida como CPI da Grilagem, informou que, de 157 milhões de hectares do território do Estado, 55 milhões estavam sendo grilados. Os cartórios de Humaitá, Manicoré e Canutama foram identificados como "contumazes na prática de ilícitos registrais". Em Manicoré foram cancelados 682 mil hectares, ou 12% da área. Em Canutama, vizinha de Porto Velho, por onde se chega de carro a Humaitá, foram cancelados 8,8 milhões de hectares, ou 368% da área do município. É que as grilagens formam um território paralelo, virtual, onde as terras se sobrepõem umas às outras.

A chefe da unidade avançada do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) em Humaitá, Maria Terezinha Leite, conta que o distrito de Santo Antônio do Matupi, um dos pivôs da crise em Humaitá (embora pertença a Manicoré), surgiu de um assentamento, no lado esquerdo da Transamazônica, rumo a Apuí. Essa área de 34.534 hectares está hoje totalmente irregular.

Os assentados foram deixando os imóveis. Quantos? Não se sabe exatamente. Das 527 parcelas, de até 60 hectares, ela estima que apenas 50 – menos de 10% – ainda estejam com os beneficiários originais. Ocorre que as áreas de assentamento não podem ser vendidas. "Tem lote que já passou por cinco donos", conta ela. E o Incra precisa notificar todos os atuais "proprietários".

Mas ela notificou só 20 deles. Porque, por algum motivo, eles foram à sede do Incra e Terezinha aproveitou a deixa. E por que ela não notifica os demais? Porque não há infraestrutura. Mais especificamente, não há segurança. As notificações em Matupi precisariam do apoio da Polícia Federal, pois os servidores têm medo. "Não dá para entregar uma notificação de que a pessoa tem de sair em 15 ou 30 dias sem a presença da polícia", explica Terezinha. Os 20 que receberam a notificação simplesmente não se manifestaram. E ficou por isso mesmo. "Nesse caso a responsabilidade é da Divisão de Assentamentos, em Manaus", diz ela.

Chefe da unidade há dez anos, a servidora exibiu um mapa que mostra o assentamento rodeado por terras da União. Mas o distrito cresce e pretende se tornar um município. Somente desde 2010 a área está sendo georreferenciada, diz. Ela também conta que, em 2005, houve um problema grande com invasões de terra, acima de mil hectares cada, na vizinha Canutama. A Polícia Federal conseguiu coibir. A maioria das pessoas era de Rondônia.

Em doutorado defendido na Universidade de São Paulo, em 2012, a pesquisadora Viviane Vidal da Silva concluiu que o assentamento do Incra era o principal responsável pelo desmatamento na região. Ela observou que cada lote tinha desmatado mais de 20% da floresta, o limite na região. Motivo principal, a substituição da agricultura pela pecuária. Os Tenharim dizem que o "180" tem até pista de pouso clandestina, e ninguém faz nada. O mesmo aconteceria no km 160 da Transamazônica.

Dias antes da entrevista com Terezinha, na esquina do Incra, na Avenida Transamazônica, um
CONT.



lobista identificara-se para o repórter como jornalista. Ele contou ter trabalhado na área durante três décadas. Hoje, mexe com regularização de terras. Contou muitas histórias, reproduziu muitos boatos. Dois dias depois, foi sincero em relação ao seu trabalho: "Vou de terno, tudo bonitinho. O cara diz que não pode resolver. Pergunto que horas ele sai e chamo para uma cervejinha, no fim do expediente. Coloco dinheiro na mão dele. Ele libera. Aqui não tem Estado!"

Ou tem: em Santo Antônio do Matupi, uma placa anuncia a melhoria das vias da comunidade, por R\$ 13,7 milhões. Com a assinatura do governo do Amazonas e financiamento do Banco do Brasil.

A revolta dos madeireiros

Santo Antônio do Matupi também foi cenário de uma revolta de madeireiros em 2011. A apreensão de dois tratores, duas pick-ups, uma moto e 160 metros cúbicos de madeira extraída ilegalmente uma aldeia dos Tenharim, a Sepoti, motivou confronto entre os madeireiros, os fiscais do Ibama e os policiais militares do Batalhão de Policiamento Ambiental. Também foram apreendidas armas e munição.

O grupo de madeireiros cercou os agentes do Ibama e entrou em confronto com a PM para evitar que os tratores ficassem com os indígenas. Após negociação, eles foram levados para Apuí. Na Transamazônica, porém, 200 pessoas bloquearam a estrada e exigiram que os tratores ficassem em Matupi. Eles acabaram ficando na sede da Associação dos Produtores Rurais de Santo Antônio do Matupi.

Em 2009, em reunião na Câmara Municipal de Humaitá, Nelson Vanazzi falou em nome dos madeireiros impedidos de extrair madeira por bloqueio eletrônico do Documento de Origem Florestal. Os políticos debateram alternativas. Entre elas, o bloqueio de rodovias e hidrovias, como forma de "chamar a atenção".

Nelson Vanazzi diz que ele mesmo nunca extraiu madeira de terra indígena. Isso começou a acontecer, conta o madeireiro, "após o 180", o distrito de Santo Antônio do Matupi, em Manicoré. Ivanildo Tenharim confirma que antes não havia esse problema. O motivo: "Fora da reserva não tem mais madeira, por isso começam a roubar".

Palavra de madeireiro

O madeireiro Nelson Vanazzi é um personagem controvertido – chegou a ser preso pela Polícia Federal no auge da extração da madeira. Recebeu a Pública em seu escritório – sentado na mesa ao lado de uma Bíblia do Papai e um bloquinho de uma madeireira de Manaus, a Madecunha. Ele conta, com um sorriso nervoso, que assistiu a toda a confusão no Natal do 2º andar de sua casa na avenida Transamazônica – depois a Pública saberia pelo chefe do 1º Cartório, Hildeberto Ferreira de Macedo, que todos os imóveis com segundo pavimento em Humaitá estão irregulares, embora também o atual vice-prefeito, Hedivânio Freitas, tenha declarado à Justiça Eleitoral, em 2008, um imóvel de dois andares; o imóvel de Vanazzi, de 600m² de área e 256m² de área construída foi declarado por R\$ 665 mil à Justiça Eleitoral, em 2012, quando ele foi candidato a vereador pelo PT (ficou como suplente).

CONT.



O madeireiro, que já foi vereador (1989-1992), pelo PL, e vice-prefeito da cidade (1997-2000), pelo PRP, fala de uma "ditadura ambiental mundial", que atrapalharia o manejo da floresta e a criação de gado. Conta que se formou técnico em contabilidade no Paraná, onde tinha 16 alqueires de terra, e que foi para o Amazonas em 1978. Ali plantou soja, teve uma concessionária de tratores e chegou a movimentar 300 toneladas de madeira por dia. Disse que chegou a ter 220 funcionários, mas em outro momento afirmou que já teve 804 salários para pagar.

Um dia, conta, recebeu uma equipe de 27 fiscais, com 13 metralhadoras em uma operação da Polícia Federal. Ficou preso por crime ambiental durante alguns dias "por azar", segundo ele: era final de ano e não aceitaram os recursos movidos por seus advogados. "A maior parte dessas áreas é da União", reconhece. "Como vai conseguir licença ambiental em terra sem documento? Aquela terra não é tua", diz.

Ele conta que, quando chegou à Transamazônica, comprou uma terra de seis por oito quilômetros onde cortava a madeira com serra-fita. Ele e o irmão tinham 6 mil hectares quando o sertanista Apoenã Rodrigues, hoje falecido, lutava para ampliar a área da Terra Indígena. "Nós, 18 a 20 famílias, saímos de lá".

Vanazzi pegou malária 14 vezes. E comprou outras áreas. Hoje se orgulha de ter 370 mil árvores, em 1.007 hectares. "Somos o segundo maior projeto de reflorestamento da Amazônia", diz. Ele dedica boa parte da entrevista à enumeração das possibilidades das árvores, frutos e sementes da região: jenipapo, "um espetáculo", jaca, castanha, dendê. Licenciamento ambiental? "Não tenho, porque os órgãos não sabem legalizar". E emenda: "O cara que compra açaí é pior que o madeireiro porque não tem fiscalização".

Sobre os Tenharim, Vanazzi tem opiniões fortes: "Vão ter de morar o resto da vida nas aldeias? Não sei se é revolução ou retardamento separá-los na aldeia. Não podiam legalizar umas vacas para os índios, em vez deles correrem atrás de anta, de veado?"

Em seu escritório, diante de uma parede azul com infiltrações, Vanazzi aponta para um mapa antigo do Incra, que mostra as glebas em terras da União. O mapa traz as Florestas Nacionais, as Flonas, e as glebas – com centenas de milhares de hectares. No caso da Flona Humaitá, ele exclama, entusiasmado: "Isso aqui pode ser um pólo madeireiro!"

Mas Nelson Vanazzi tem outros negócios, entre eles à frente do único loteamento legal em Humaitá: o Boa Vista, de uma incorporadora de Curitiba da qual é o procurador na cidade. Também comprou um espólio de 6.590 hectares, dos herdeiros de um seringal, na beira do Rio Madeira. Ele exhibe um documento emitido pelo governo do Estado do Amazonas, em 1908. O madeireiro reclama de uma Terra Indígena vizinha, que teria ocupado parte de sua área. E conta que autoriza 130 famílias a ocupar outra parte dessa área, sob um contrato de arrendamento onde os moradores não precisam pagar nada. Ele apenas exige que preservem a floresta. Vanazzi tem esperança de ficar com as terras, embora o Incra de Humaitá avise que esses documentos emitidos pelo governo amazonense são irregulares.

CONT.



Sul do Amazonas: a bola da vez?

O conflito na região se dá também com garimpeiros. Em junho de 2012, 20 pessoas foram presas no “180”, por fiscais (Ibama) e policiais militares do Batalhão de Policiamento Ambiental. A Operação Soberania flagrou-as tentando extrair ouro do local, conhecido como Garimpo de Ouro do 180.

Dois meses antes, em Boca do Acre (AM), também na nova fronteira agropecuária, 40 policiais e 40 jagunços expulsaram 105 famílias do Seringal Macapá, reivindicando uma posse de terra. Total da área: 5.202 hectares. A denúncia foi feita pela deputada Janete Capiberibe (PSB-AP). O presidente da associação de extrativistas contou que as famílias saíram de lá só com a roupa do corpo: “Durante sete meses, as crianças choravam de fome e dormíamos no chão, com os cachorros”.

Somente em Lábrea (AM), desde 2007, sete pessoas foram mortas por denunciarem os crimes ambientais e de propriedade da terra. Segundo a deputada, houve crimes idênticos em Manicoré e Humaitá, onde servidores da Secretaria de Patrimônio da União foram ameaçados e impedidos de cadastrar lotes de lavradores e ribeirinhos. “Uma demonstração de quanto o Estado precisa ser fortalecido na região”, concluiu ela.

Um ano e meio antes dos recentes episódios em Humaitá, ela tentou convocar uma audiência para discutir os conflitos no sul do Amazonas. Seriam chamados os seguintes ministros: Gilberto Carvalho, Maria do Rosário e José Eduardo Cardozo. Mais o presidente do Inbra, o presidente do Ibama, o secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas. A tensão, porém, persiste na região – e não só em Humaitá.

No dia 2 de janeiro, a sede do Ibama estava aberta, após o feriado. Mas por ali só estava o segurança. Onde estava o gerente-executivo? De férias. E o substituto? Em Porto Velho. Não somente ele: todos tinham viajado para Porto Velho.

No pátio, um trator e madeiras apreendidos.



Programa Liderar 2014: Lideranças do Amazonas e do Pará têm até o dia 30 de janeiro de 2014 para fazer as inscrições

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.01.2014



Lindalva Melo dos Santos, liderança do município de Barcarena, no Pará, participou da primeira edição do Programa Liderar em 2013

O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) lança o edital do Programa Liderar – Desenvolvimento de lideranças na Amazônia para a turma de 2014. Serão selecionadas 15 lideranças que representem povos e comunidades tradicionais dos municípios de Boca do Acre, Lábrea, Canutama, Humaitá, Apuí, Pauini, Manicoré e Novo Aripuanã, no estado do Amazonas, e Barcarena, São Félix do Xingu, Portel, Gurupá, Melgaço, Juruti, Anapu e Porto de Moz, no Pará. As inscrições vão até o dia 30 de janeiro de 2014.

O programa vai selecionar lideranças que tenham participação destacada em organizações da sociedade civil local, estejam socialmente e politicamente inseridos no contexto de suas comunidades, participem ativamente dos processos coletivos que envolvem suas comunidades e organizações, sejam reconhecidos por suas qualidades e capacidades como líderes, necessitem de apoio na formação e de informação para melhorar a qualidade da atuação, tenham facilidade em lidar com as comunidades, e que também sejam comunicativos, dinâmicos e articuladores.

O Programa oferece uma formação ao longo de 10 meses com encontros esporádicos entre todos os participantes em Brasília, Manaus ou Belém. As lideranças receberão também um auxílio mensal para ajudar nas despesas pessoais. “Espero que a gente consiga um grupo tão bom e forte como o da primeira etapa”, afirma Camila de Castro, coordenadora do programa.

Gleice Coelho de Souza, participante da primeira turma do Liderar, espera que as próximas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 06./ 2014

Brasília, 14 de janeiro de 2014.

lideranças assumam essa responsabilidade de disseminar o conhecimento que aprenderam: "Muitas vezes você tem essa oportunidade e não compartilha com os outros. Espero que futuramente nós possamos formar um grande grupo de todas as pessoas que participaram do Liderar para que cada vez mais a gente possa socializar nossos conhecimentos, nossa luta e fortalecer ainda mais a busca pela dignidade e pela melhoria da qualidade de vida".



Boletim de Notícias - Edição nº 06./ 2014

Brasília, 14 de janeiro de 2014.

Terras Indígenas – Expedições

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 14.01.2014

http://www.youtube.com/watch?feature=player_embedded&v=P4-Dy7Yv7xc

tvbrasil - Ao longo de 500 anos, os povos indígenas quase desapareceram, mas se organizaram, buscaram apoios, conseguiram demarcar territórios, e desejam continuar vivendo em contato com a natureza, buscando soluções econômicas que respeitem esse jeito de ser. No Brasil, existem 238 povos indígenas, que hoje falam mais de 100 idiomas nativos.

De acordo com Paula Saldanha e Roberto Werneck, os povos indígenas são os maiores guardiões dos recursos naturais do Brasil. Imagens de satélite confirmam: áreas demarcadas, habitadas por índios, são manchas verdes de floresta protegida em meio às áreas destruídas, onde a produção intensiva de gado, soja e minério tem degradado as terras.

Este Expedições traz entrevistas com antropólogos e líderes indígenas, que mostram ameaças de retrocesso na legislação. Uma delas é a polêmica Portaria 303 da AGU, que prevê a entrada e atividades produtivas em territórios indígenas, sem consulta às lideranças.



Boletim de Notícias - Edição nº 06./ 2014

Brasília, 14 de janeiro de 2014.

Ministério da Justiça quer retorno dos Tenharim e Awá-Guajá às terras indígenas
SÍTIO JORNAL GGN, 14.01.2014

Jornal GGN - A Força Nacional de Segurança Pública instalou efetivo por mais 90 dias nas regiões de Humaitá (AM) e Santa Inês (MA). A decisão do Ministério da Justiça foi publicada ontem (13) no Diário Oficial da União.

A Força Nacional foi comandada a atuar em ações de proteção dos indígenas e preservação da ordem. Desde o dia 5 de janeiro, a tropa permanece em Santa Inês, notificando moradores não índios de saída obrigatória e voluntária em até 40 dias, para cumprimento da decisão judicial expedida em dezembro.

O local foi assegurado a etnia Awá-Guajá, com o objetivo de conter o desmatamento da região, ameaçada por madeireiros. Além da Força, tropas da Polícia Federal, Exército e Polícia Rodoviária Federal também estão lá, realizando ordem de busca e apreensão de materiais usados na extração e transporte da madeira.

Em Humaitá, o histórico é mais violento. Índios da etnia Tenharim sofrem preconceito, são vistos com hostilidade e ódio por moradores, ficaram presos em quartel do exército depois de suspeitos pelo desaparecimento de 3 bancos na região, e não podem mais comprar alimentos ou remédios, sequer pisar na cidade, sob pena de serem mortos por comerciantes, pecuaristas e moradores.

O Ministério Público Federal no Amazonas pediu que a União garantisse o retorno dos indígenas às aldeias e a proteção das terras. A Força Nacional ficará até 12 de abril, com possibilidade de prorrogação.

Com informações do Ministério da Justiça e Agência Pública.



Notificação para retirada de não índios de terra indígena deve ocorrer esta semana
SÍTIO SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 14.01.2014

A notificação das famílias atingidas pela desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão, deve ocorrer esta semana. Ela deveria ter ocorrido no último fim de semana, mas foi adiada por causa da visita de um grupo de senadores ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A Polícia Federal (PF), que junto com a Força Nacional, acompanhará o oficial de Justiça no processo de notificação, participou da visita dos parlamentares ao presídio em São Luís.

Após a notificação, as famílias terão um prazo de 40 dias para desocupar a área. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) já abriu edital para compra de terras na região com finalidade específica de receber as famílias.

Além disso, o Incra iniciou hoje (13) um processo chamado "revisão ocupacional", em que uma equipe verifica onde há lotes vagos em assentamentos existentes na região. Mas, só após a notificação, o órgão saberá exatamente quantas famílias serão atendidas.

Para receber um lote no Programa de Reforma Agrária, as famílias não podem ter sido beneficiadas anteriormente por programas de regularização fundiária e ter renda mensal proveniente de atividade não agrícola, superior a três salários mínimos, dentre outros requisitos.

Com informações da Agência Brasil



Governador consegue autorização de indígenas para asfaltar trecho que corta reserva
SÍTIO NOTÍCIA MT, 14.01.2014

O governador Silval Barbosa conseguiu autorização dos povos indígenas do Parque Nacional do Xingu para asfaltar 85 km da MT-322, que corta a reserva. O líder da etnia caiapó, cacique Raoni Metuktire, e outros representantes das 14 etnias da área indígena assinaram com Silval, na noite desta segunda-feira (13), a ordem autorizando o Estado a prosseguir com o projeto de pavimentação da rodovia. A obra vai ligar as BRs 163 e 158, e facilitar a logística e o escoamento da produção no norte de Mato Grosso.

Com a anuência dos indígenas, informou o secretário de Estado de Transporte e Pavimentação Urbana, Cinésio de Oliveira, agora falta apenas a autorização oficial da Fundação Nacional do Índio (Funai). "Com essa iniciativa dos povos indígenas, em breve será autorizado pela Funai. Esses 85 km de asfalto são importante para a logística, liga praticamente um estado ao outro. É mais uma opção de escoamento e vai gerar desenvolvimento naquela região.

A melhoria da MT-322 – antiga BR-080 – faz parte do projeto MT Integrado, que vai facilitar o acesso a 44 municípios mato-grossenses com a pavimentação de rodovias estaduais. Em abril de 2013, o governador Silval Barbosa foi ao Parque Nacional do Xingu e os indígenas pediram que a extensão que corta a área do parque não fosse asfaltada. Após diálogo com o governo, os representantes indígenas concordaram com a obra.

"Viemos aqui hoje para autorizar a pavimentação no Parque Nacional do Xingu e conversamos para que o asfalto chegue até o rio. Antes nos posicionamos contra, porque os carros poderiam matar muitos animais. Mas, agora chegamos a conclusão de que esta obra vai dar condição melhor para que os produtos sejam escoados", explicou o cacique Raoni Metuktire.

Fonte: A NotíciaMT



Moradias em forma de oca serão construídas para índios de MG

SÍTIO NOVO JORNAL, 14.01.2014

Casa-teste deve ser concluída em 2 semanas, na zona rural de Cabo Verde. Após temporal, índios pediram casas neste formato por programa federal

Depois de um temporal em Caldas (MG), no ano passado, índios da tribo Xucuru Cariri procuraram a Caixa Econômica Federal para financiar imóveis pelo programa "Minha Casa, Minha Vida", mas uma exigência incomum foi feita por eles: as construções deveriam ser redondas, em formas de oca. O pedido foi atendido e o primeiro modelo, que será construído em Cabo Verde (MG) e usado como teste, deve ficar pronto em duas semanas.

Em setembro de 2013, um temporal provocou diversos estragos na aldeia da tribo Xucuru Cariri. O grupo de índios foi cadastrado no Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que concede subsídios para trabalhadores rurais que desejam reformar ou construir. O projeto prevê a construção de 37 casas na aldeia, mas o único pedido dos índios era para que as novas moradias não tivessem um formato convencional, e sim de uma oca.

"Uma casa que era antigamente morada pelos nossos antigos. Então a importância maior é de mostrar pra nossas crianças que, mesmo tendo contatos não indígenas, a gente não tem que esquecer da nossa tradição", explica o cacique Jal.

A casa-teste começou a ser construída a menos de um mês e foi orçada em R\$ 28,5 mil. A ideia da construção da residência foi do presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Verde, entidade que organiza o Programa Nacional de Habitação Rural na região.

Reginaldo Roberto da Silva está arcando com os custos e não se importou que a casa-teste fosse feita na propriedade dele, em Cabo Verde, já que é a partir deste experimento que os índios vão poder ver o sonho das novas moradias realizado. "A gente trabalhou o projeto arquitetônico em cima do que os membros da aldeia pediram, então eu creio que vai ser muito útil para o pessoal da aldeia", comenta.

A casa tem formas arredondadas com 63 metros de construção divididos em sala, cozinha, banheiro e dois quartos. Os projetos das novas moradias para a tribo já estão na Caixa Econômica Federal e as casas devem trazer mais conforto e alegria para os índios. "Pra falar de satisfação, o começo está de 'bom tamanho'", completa o cacique.

A casa-teste deve ser concluída em duas semanas. A previsão é de que as obras na aldeia de Caldas comecem em fevereiro deste ano. As informações são do G1.

Gavião Kyikatejê e a missão do primeiro time profissional de origem indígena do Brasil

SÍTIO LANCENET, 14.01.2014

Equipe debutou na elite do futebol paraense fazendo jogo duro com o Paysandu. Objetivo principal é mostrar o 'outro lado' da população indígena no país



Gavião Kyikatejê Futebol Clube, de Bom Jesus do Tocantins, 480 Km de Belém, capital do Pará. Você já ouviu o nome desse time? Não? Pois saiba que ele fez história no último domingo: estreou na elite do futebol paraense. O resultado – derrota de 2 a 1 para o tradicional Paysandu, em Belém – ficou em segundo plano. O Gavião chama a atenção por ser o primeiro clube profissional de origem indígena do Brasil.

Essa história só foi possível pela persistência de Zeca Gavião, cacique da aldeia Kyikatejê, cujo nome significa, na língua Timbira Oriental, da família Jê, "povo do rio acima". O time, antes conhecido como Castanheira EC, deixou o amadorismo em 2009, adotou o nome atual e Zeca, fundador do Kyikatejê, foi o primeiro técnico. Hoje é o presidente. Em 2013, o Gavião foi vice da Segundona e vice da Divisão de Acesso de 2014 (NR: primeira fase do Paraense e que classificou os dois primeiros à elite).

No domingo, antes de a bola rolar contra o Papão, os índios da tribo fizeram cerimônia com danças e cantaram o Hino Nacional na língua Jê. Em campo, o destaque foi o atacante Paulo Aritana Sempre, o Aru, de 27 anos, um dos três índios do elenco. Aru teve de tirar o cocar que usou ao entrar em campo. Mas atuou com o corpo pintado e foi o responsável pelo gol do Gavião.

CONT.



O Paysandu só marcou o gol da vitória, através de Zé Antônio, aos 45 do segundo tempo. No fim, o Gavião foi aplaudido por cerca de 100 torcedores, muitos deles pintados, que retornaram felizes para casa, junto com o elenco. De ônibus, a viagem durou longas oito horas até Bom Jesus do Tocantins, que faz parte da Região Metropolitana de Marabá.

– Foi histórico. Mostramos um pouco da nossa cultura através do futebol. Nossa população sofre. Queremos, com o futebol, uma interação com o Brasil – disse o cacique Zeca Gavião, em ao LANCE!Net.

Essa é a missão do Gavião Kyikatejê, que volta a entrar em campo pelo Paraense nesta quarta-feira, quando receberá o São Francisco, no Zinho de Oliveira, em Marabá, a partir das 20h30 (horário local). E o futebol é o canal condutor para o sonho dessa tribo que tem um time com uma missão que vai além do futebol: mostrar um "outro lado" dos índios.

BATE-BOLA

Cacique Zeca Gavião

Presidente do Gavião Kyikatejê

Como você teve a ideia de profissionalizar o então Castanheira EC e concretizar o nascimento do Gavião Kyikatejê?

O time contava com índios de diversas tribos e disputava campeonatos amadores. Vi que muitos tinham potencial e arrisquei criar um time profissional. Todos teriam uma chance de jogar assim.

O que explica o fato de o Gavião, que possui 26 jogadores, não ser mais 100% formado por índios?

No começo focamos mais nos índios, mas não conseguíamos chegar na elite. Batemos na trave algumas vezes. Decidi trazer alguns reforços, que são os brancos, e trabalhar a base. Espero que muitos índios voltem ao time em breve.

Os deslocamentos prometem ser uma dificuldade a mais, certo?

Seria bom ter o apoio de uma empresa grande para fazer o trajeto Marabá-Belém de avião. Foram oito horas de ônibus depois do jogo com o Paysandu. Faz parte.

Satisfeito com o resultado desse projeto até o momento?

Estamos chamando a atenção de todos. O esporte é importante. Queremos mostrar a nossa cultura. Não queremos esconder nada.

O HISTÓRICO DO GAVIÃO KYIKATEJÊ FUTEBOL CLUBE

Era Castanheira

Em 1981 foi fundado o Castanheira Esporte Clube, que disputou competições da Liga Amadora de Marabá.

2007

Os Kyikatejê-gavião compraram o Castanheira e passaram a jogar Liga de Marabá. Apenas

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 06./ 2014

Brasília, 14 de janeiro de 2014.

índios defendiam o time, que foi campeão do torneio em 2008.

2009

Se profissionalizou e mudou o nome para Gavião Kyikatejê Futebol Clube. Passou a contar com não-indígenas na equipe. O treinador Zeca Gavião se tornou o primeiro índio a dirigir um time profissional no Brasil. Mais tarde ele viria a ser o presidente.

2013

Após anos na Segundona, terminou a competição como vice-campeão. Adquiriu o direito de jogar a Divisão de Acesso. Saiu-se bem (garantiu o segundo lugar superando o Águia de Marabá, por exemplo, e ganhou uma vaga na elite do Campeonato Paraense.

COM A PALAVRA

Antonio Carlos Nunes

Presidente da Federação Paraense de Futebol, ao LANCE!Net.

O Cacique quis saber se gostei dos rituais

Eles se tornaram a atração do campeonato! O Gavião Kyikatejê trouxe os rituais indígenas até nós. Isto também chamou a atenção de toda a imprensa. Tinha até um canal de Paris filmando o jogo. A maneira com a qual recebemos os índios fez com que eles vissem que não temos preconceito. Em retribuição, o Cacique Zeca me ligou para saber se eu tinha gostado dos rituais deles.



Denunciando caos na saúde índios ameaçam invasão

SÍTIO SULNEWS, 14.01.2014

LIDIANE KOBER / CAMPO GRANDE NEWS

Alegando caos na saúde nas aldeias, índios cobraram, nesta segunda-feira (13), autonomia administrativa e financeira da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) e ameaçam voltar a ocupar o prédio público se o governo não atendê-los. Em outubro no ano passado, eles ficaram 21 dias no local e a invasão resultou no pedido de exoneração do então chefe da pasta, Nelson Olazar.

Presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena de Mato Grosso do Sul, Fernando Souza alega que o setor está em "situação de abandono nas aldeias". "Em vez de ajudar, o governo está desorganizando, falta medicação, estrutura e nem transporte temos para casos de emergência", informou.

Segundo ele, em 2013, o Governo Federal repassou ao Estado R\$ 55 milhões para investir na saúde indígena. O conselho defende debate para redistribuir os recursos. "Por causa das nossas reclamações, até demitiram uma servidora da Sesai, que era nossa parceira", comentou Souza. "Isso é retaliação", acrescentou.

Com o intuito de chamar a atenção para o problema, cerca de 30 indígenas se reuniram no Dsei (Distrito Sanitário Especial Indígena). Da reunião, sairá uma carta que será encaminhada à Secretaria Nacional de Saúde Indígena, ao Ministério da Saúde e à presidenta Dilma Rousseff (PT).

"No dia 20 de dezembro, fizemos uma reunião, elaboramos uma carta à Secretaria Nacional de Saúde Indígena, mas, até agora, nada mudou. Dependendo da resposta desta nova carta, o movimento pode invadir o prédio da Sesai", avisou Fernando Souza.

De acordo com ele, o problema de saúde nas aldeias é realidade em todo o país. "Não é só aqui esta situação de abandono, pelos menos 16 outras manifestações já ocorreram Brasil afora, isso representa queixas em 50% do território nacional", concluiu.

Fonte: Sulnews



Notificação para retirada de não índios de terra indígena deve ocorrer esta semana
SÍTIO AMBIENTE BRASIL, 14.01.2014

A notificação das famílias atingidas pela desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão, deve ocorrer esta semana. Ela deveria ter ocorrido no último fim de semana, mas foi adiada por causa da visita de um grupo de senadores ao Complexo Penitenciário de Pedrinhas. A Polícia Federal (PF), que junto com a Força Nacional, acompanhará o oficial de Justiça no processo de notificação, participou da visita dos parlamentares ao presídio em São Luís.

Após a notificação, as famílias terão um prazo de 40 dias para desocupar a área. O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) já abriu edital para compra de terras na região com finalidade específica de receber as famílias.

Além disso, o Incra iniciou na segunda-feira (13) um processo chamado "revisão ocupacional", em que uma equipe verifica onde há lotes vagos em assentamentos existentes na região. Mas, só após a notificação, o órgão saberá exatamente quantas famílias serão atendidas.

Para receber um lote no Programa de Reforma Agrária, as famílias não podem ter sido beneficiadas anteriormente por programas de regularização fundiária e ter renda mensal proveniente de atividade não agrícola, superior a três salários mínimos, dentre outros requisitos. (Fonte: Agência Brasil)